

Algaravia: o uso da palavra peregrina e do solecismo na representação de caracteres e de sua fala na sátira atribuída a Gregório De Matos e Guerra

Algarabía: el uso de la palabra peregrina e del solecismo en la representación de caracteres e de su habla en la sátira atribuída a Gregório de Matos e Guerra

MARCELLO MOREIRA*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

RESUMO

Demonstra-se o que se concebe como “palavra peregrina” nas gramáticas espanholas e portuguesas dos séculos XVI e XVII, definição essa derivada daquela outra de barbarismo lexical (barbarolexis) dos retores e gramáticos gregos e latinos. A noção de vernaculidade, presente em gramáticos portugueses e espanhóis dos séculos XVI e XVII, constrói-se, como se evidencia em nosso estudo, por contraposição a outras línguas vernaculares europeias e a línguas de Ásia, África e América, gramaticadas, sobretudo, durante esses dois séculos. O barbarismo lexical, prosódico e sintático é empregado como recurso elocutivo na poesia satírica de poetas que viveram no Novo Mundo, como é o caso de Gregório de Matos e Guerra, na América portuguesa, e também de Caviedes, no Reino do Peru, para produzir uma imitação risível da *lexis* das gentes

*Sobre o autor ver página 188.

principais locais, gerando-se por meio desse procedimento uma certa algaravia contraposta ao falar exemplar da nobreza reinol.

PALAVRAS-CHAVE: Gregório de Matos e Guerra. Barbarismo. Palavra peregrina. Solecismo. Retórica.

RESUMEN

En este artículo se demuestra lo que se concibe como siendo la "palabra peregrina" en las gramáticas españolas y portuguesas de los siglos XVI y XVII, definición esta derivada del barbarismo lexical (barbarolexis) de los retores y gramáticos griegos y latinos. La noción de vernaculidad, presente en gramáticos portugueses y españoles de los siglos XVI y XVII, se erige por contraposición a otras lenguas vernaculares europeas e a lenguas de Asia, África y América, gramaticalizadas, especialmente, durante estos dos siglos. El barbarismo lexical, prosódico y sintáctico es empleado como recurso elocutivo en la poesía satírica de los poetas que vivieron en el Nuevo Mundo, como es el caso de Gregório de Matos e Guerra, en la América portuguesa, y de Caviões, en el Reino del Perú, para producirse una imitación risible de la lexis de las gentes principales locales, generándose por medio de este procedimiento una certa algaravia contrapuesta al hablar de la nobleza de Portugal y España.

PALABRAS-CLAVE: Gregório de Matos e Guerra. Barbarismo. Palavra peregrina. Solecismo. Retórica.

(I)

No *Retórica a Herênio*, tratado que por muito tempo foi atribuído a Cícero, ao definir-se, logo no princípio, as partes de que é composto o discurso, independentemente dos gêneros a que ele possa pertencer, circunscreve-se o sentido de "elocução" ao que segue: "Elocutio est idoneorum verborum et sententiarum ad inventionem adcommoatio"¹. Como se lê, a elocução é a conformidade ou conveniência (*adcommoatio*) das palavras (*verborum*) e das sentenças/orações (*sententiarum*) à invenção, entendendo-se, por conseguinte, que respeita aos *verba singula* e também aos *verba conjuncta*.

¹ *AD HERENNEIUM*. De Ratione Dicendi. With an English Translation By Harry Caplan. Cambridge: Harvard University Press: Loeb Classical Library, 1989, I, II, 3, p. 6.

No campo da poética, a "conveniência" ou "conformidade" de palavras e sentenças deve ser observada quando, por exemplo, ao se propor a figuração de um caractere, as palavras deste derem a "conhecer alguma propensão" (ARISTÓTELES, 1986, p. 123) se a propensão, evidente nas palavras e sentenças convenientes (*idoneae*), for boa, como no-lo ensina Aristóteles, "é bom o carácter" (ARISTÓTELES, 1986, p. 123). Mas a figuração do caractere, operada por meio da aplicação de tópicos retóricos na composição, prevê uma "bondade" possível "em todas as categorias de pessoas" (ARISTÓTELES, 1986, p. 123), categorias essas especificadas em conformidade com lugares-comuns políticos e não apenas retóricos ou oratórios, presentes desde Aristóteles. Os tópicos epidícticos podem ser aqueles ditos "externos" (educação, por exemplo, já que um homem educado se expressa diferentemente de um outro que não a possui no mesmo grau), empregados conjuntamente ou não com aqueles outros ditos internos, pertencentes ao ânimo (inteligência, engenho, que modelam de modo diferenciado a fala tanto *in verbis singulis* quanto *in verbis conjunctis*). Outros tópicos modelizam a fala dos caracteres, como "idade" (criança, velho), "sexo" (homem, mulher) e "condição social" (livre, escravo, senhor, servo).

Aristóteles, no terceiro livro de *A Retórica*, lembra-nos que a ornamentação do discurso é mais apropriada à poesia do que à prosa, mas mesmo naquela é preciso observar que "se uma expressão elevada for empregada por um escravo ou por um homem jovem, ou usada respeitante à matéria desimportante, será dificilmente tida como apropriada" (ARISTÓTELES, 1994, p. 352-353). Os tópicos modelizadores de *verba* e *sententiae* são, como se disse acima, ao mesmo tempo lugares-comuns políticos, como se pode observar pelo entrecruzamento de seção da *Poética* com seção de *A Política*. No octagésimo terceiro parágrafo da *Poética*, após asseverar que a bondade é possível em toda categoria de pessoas, Aristóteles minudencia o seguinte: "com efeito, há uma bondade de mulher e uma bondade de escravo, se bem que o [carácter de mulher] seja inferior, e o [de escravo], genericamente insignificante" (ARISTÓTELES, 1986, p. 123). Essa referência às qualidades distintas

da bondade, a depender de ela ser a de uma mulher ou a de um escravo, atualiza distinção presente n' *A Política*², em que se opõe, primeiramente, o homem à mulher, e o homem livre ao escravo, estabelecendo-se, desse modo, uma natural hierarquia, expressa também simbolicamente na *sententia*, compreendida também como a "fala" dos caracteres. Essa diferença entre homem e mulher, evidente em sua figuração poética por meio de sua distinta "predicação" evidente na *sententia*, é denominada por Aristóteles "conveniência", sendo conveniente que um homem seja viril, mas não à mulher, o que implica, pela reversão do preceito, a necessidade de se evitar a inconveniência de um varão efeminado no falar. Ainda ao discorrer sobre a "verossimilhança" e a "necessidade" em sua relação com os *verba* e as *sententiae*, Aristóteles nos diz:

Tanto na representação dos caracteres como no trecho das ações, importa procurar sempre a verossimilhança e a necessidade; por isso, as palavras e os actos de um personagem de certo carácter devem justificar-se por sua verossimilhança e necessidade, tal como nos mitos os sucessos de acção para acção (ARISTÓTELES, 1986, p. 123).

A figuração dos caracteres, por meio da aplicação de procedimentos, sobretudo, elocutivos, remete, por seu turno, à noção de "verossimilhança", em que está implicada aquela de "conveniência". Em um dos muitos comentaristas de Aristóteles do século XVII, Jules de Mesnardière, deparamo-nos com uma clara apresentação do que seria a verossimilhança no drama e na poesia em geral: produzindo-a pela aplicação de tópicos os mais variados na figuração do caractere, lembramos que essa aplicação se respalda em preconceitos ou lugares-comuns opinativos partilhados por determinados auditórios:

un Roy qui paroist au Théâtre, doit estre si courageux qu'il n'apprehende aucun danger, & ne treuve rien d'impossible à la force de ses armes légitimemet occupées. Il doit estre si prudent, qu'il n'ait iamais aucun sujet de rétracter ses iugements, ni d'en condamner les succès. Il doit estre si liberal, qu'il fasse épreuver

² ARISTOTLE (1990, p. 4-5)

à ses peuples qu'il est le dispensateur, & non pas le voleur public des richesses de son Etat. Enfin il doit estre si bon, qu'il vive avec ses sujets comme il eût voulu que le Prince eût traité lui-mesme, s'il eût été homme privé (MESNARDIÈRE, 1969, p. 120)

Les Reines doivent estre chastes, pudiques, graves, magnifiques, tranquilles, & généreuses. Les moeurs d'un Gouverneur d'Empire, & ses qualitez nécessaires, sont l'extrême vigilance, la fermété, la hardiesse, l'adresse, la modération, la prudence extraordinaire, l'exacte fidelité, la parfaite connoissance de la Science Politique; bref un utile meslange de probité & de lumières (MESNARDIÈRE, 1639, p. 121-122).

Se essa primeira figuração se funda no que o próprio Jules de Mesnardière chama de "condição de vida", em que estão implicados vários tópicos como "ascendência", "riqueza", "poder", "glória" e "cidadania", ela entrecruza-se com outros tópicos, como, por exemplo, nação (*natio, gens*). No que toca à caracterização pela nação, Jules de la Mesnardière nos fornece os seguintes preceitos:

les François seront hardis, courtois, indiscrets, généreux, adroits, inconsiderez, impetueux, inconstâs, prodiges, peu laborieux, polis, legers dans leurs amours, impatiens & téméraires. Les Espagnols présomptueux, incivils aux étrangers, sçavants dans la Politique, tyrans, avars, constans, capables de toutes fatigues, indifferens à tous climats, ambitieux, méprisans, graves iusqu'à l'extravagance, passionnez aveuglément pour la gloire de leur Nation, ridicules dans leurs amours, & furieux dans leur haine. J'ay veu par la frequentation, que les Anglois sont infidelles, paresseux, vaillans, cruels, amateurs de la propreté, ennemis des étrangers, altiers & interessez. Si nous en croyons un Grand homme (Scaliger), excellent obserateur des moeurs de chaque Nation, les Italiens sont oysifs, impies, seditieux, soupçonueux, fourbes, casanniers, subtils, courtois, vindicatifs, amateurs de la politesse, & passionnes pour le profit. Les allemans seront sincères, grossiers, fidelles, modestes, banqueteurs, affables, vaillans, amoureux de la liberté. Les perses religieux, ambitieux, riches, adroits, doux, guerriers, & défiâns. Les Grecs vains, menteurs, orgueilleux, adroits, sçavans, & raisonnables. Les Egyptiens paresseux, timides, voluptueux, & addonnez à la

magie. Les Maures foux, desespererez, peu soucieux de la vie, opiniâtres, & infedelles. Les Thraciens violens, iniurieux à leurs hostes, avarés, farouches, perfides. Les Scythes cruels, miserables, barbares & vagabons (MESNARDIÈRE, 1639, p. 124-125).

A verossimilhança se funda, como se pode constatar dos fragmentos acima excertados, na aceitação tácita de um conjunto de preconceitos partilhados pelo público a quem o discurso poético se dirige. Expressam-se neles determinadas idéias sobre a realeza e sobre o papel do governante, recorrentes na literatura política dos séculos XVI e XVII. Como diz Gérard Genette, "cette 'opinion', réelle ou supposée, c'est assez précisément ce que l'on nommerait aujourd'hui une idéologie, c'est-à-dire un corps de maximes et de préjugés qui constitue tout à la fois une vision du monde et un système de valeurs" (GENETTE, 1969, p. 73). Depreende-se, por conseguinte, do excerto, que o "opinitivo" constitui a base de adesão a partir da qual o discurso poético é produzido com vistas a ser aceito pelo público a quem se destina.³

Desse modo, a fala de um rei difere ou deveria diferir, para ser verossímil e, por conseqüência, convincente, da fala de uma rainha, como difere ou deveria diferir por necessidade aquela de um português frente à de um francês.

(II)

A monarquia espanhola, durante a segunda metade do século XVI, autorizou a impressão de obras, em suas vastas possessões americanas, que servissem ao mesmo tempo para doutrinar as populações nativas e também os sacerdotes, por meio da adoção de instrumentos de

³ Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999), partindo da mesma assunção de Gérard Genette, assevera quanto à relação entre opinião e público/auditório: "O estudo dos auditórios poderia igualmente constituir um capítulo de sociologia, pois, mais do que seu caráter pessoal, as opiniões de um homem dependem de seu meio social, de seu círculo, das pessoas que freqüenta e com quem convive: 'Você quer', dizia M. Millioud, 'que o homem inculto mude de opinião?' 'Transplante-o'. Cada meio poderia ser caracterizado por suas opiniões dominantes, por suas convicções indiscutidas, pelas premissas que aceita sem hesitar; tais concepções fazem parte da sua cultura e todo orador que quer persuadir um auditório particular tem de se adaptar a ele. Por isso, a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados, de tal maneira que é, em larga medida, desses próprios discursos que nos julgamos autorizados a tirar alguma informação a respeito das civilizações passadas" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p. 23).

catequização e de doutrina aprovados por agentes da Igreja e do Estado e que seguiam fielmente as diretrizes do Concílio de Trento. Os concílios realizados no mundo americano atualizavam os princípios doutrinários tridentinos, que ansiavam emular. Alguns impressos reuniam em um único volume várias obras com fins catequéticos e doutrinários, como cartilhas, catecismos e confessionários. Essas obras eram impressas com texto espanhol a que se justapunha, normalmente, texto em uma outra língua vernacular americana, ou, às vezes, em outras duas línguas indígenas. Por meio da adoção desse procedimento de difusão de escritos votados a uma vasta pedagogia cristã alicerçada em instrumentos plurilíngües, atingia-se não apenas os colonos de origem ibérica e outros colonos europeus que soubessem o castelhano, mas, sobretudo, as populações nativas necessitadas de urgente conversão. Em uma dessas obras, declara-se na *Provision Real*, documento paratextual que autoriza a publicação e os conteúdos doutrinários veiculados pelos impressos reunidos no volume, que ela se fez precisa porque é "cosa tan necesaria para la doctrina, y conuersion de los dichos naturales, y reformacion de los sacerdotes, que los han de doutrinar"⁴. Instrumento de doutrinação para que se realize a conversão dos índios, é, ao mesmo tempo, meio por que se promove a reforma do clero, sem o que, não se poderia doutrinar os índios segundo princípios tridentinos. A essa necessidade de *reformación* dos sacerdotes e de concomitante doutrinação dos nativos, que aprendem o que os próprios catequistas acabaram de aprender ou relembrar pela ação reformista, se dá o nome, nessa obra de 1584, de "orden tan cierta, y uniforme, como la experiencia auia mostrado que conuenia, y era necesario"⁵. No impresso, especificamente na *Provision*

⁴ Doctrina christiana, y catecismo para instruccion de los indios, y de las de mas personas, que han de ser enseñadas en nuestra sancta fé. : Con vn confessionario, y otras cosas necesarias para los que doctrinan, que se contienen en la pagina siguiente. Compuesto por auctoridad del Concilio Prouincial, que se celebrou en la Ciudad de los Reyes, el año de 1583. ; Y por la misma traduzido en las dos lenguas generales, de este reyno, quichua, y Aymara. Ciudad de los Reyes-Lima: Antonio Ricardo, 1584. "Provision Real", p. AA3.

⁵ Doctrina christiana, y catecismo para instruccion de los indios, y de las de mas personas, que han de ser enseñadas en nuestra sancta fé. : Con vn confessionario, y otras cosas necesarias para los que doctrinan, que se contienen en la pagina siguiente. Compuesto por auctoridad del Concilio Prouincial, que se celebrou en la Ciudad de los Reyes, el año de 1583. ; Y por la misma traduzido en las dos lenguas generales, de este reyno, quichua, y Aymara. Ciudad de los Reyes-Lima: Antonio Ricardo, 1584. "Provision Real", p. AA3.

Real, declara-se sem rebuços que se a reforma dos sacerdotes é requerida, porque sem ela não se pode doutrinar de forma apropriada os naturais do Reino do Peru, esses, espelhando-se no modelo sacerdotal de obediência a diretrizes conciliares de base tridentina, devem também eles reformar-se para que a doutrina possa neles dar frutos. A obediência do clero às diretrizes de Trento e que implica sua *reformación* é condição para que se reforme a cristandade católica conforme a "ordem tão certa e uniforme" que a experiência histórica da Igreja mostrara ser conveniente e necessária. A realização do Concílio Provincial na *Ciudad de los Reyes*, no Reino do Peru, promovida pelo zelo real de Felipe II, como se declara na *Provision Real*⁶, a que compareceram as mais importantes autoridades eclesiásticas, "entre otras cosas, y reformaciones que proueyeron, ordenaron una Cartilla, Catecismos, y Confessionario, Preparacion para el articulo de la muerte", que, depois de compostos e vistos pelos padres, mandou-se traduzir nas duas línguas gerais do Reino do Peru, quéchuá e aimará⁷. Mas não são apenas esses quatro textos que compõem o volume referido na nota de número 4. O volume todo contém as seguintes obras:

Lo que se contiene en esta primera parte es lo siguiente. Doctrina christiana, o Cartilla. fol. 1. Catecismo breue. fol. 13. Platica breue de la Fe. fol. 18. Catecismo mayor. fol. 25./ Anotaciones, o Scolios, sobre la traduccion en las lenguas Quichua, Y Aymara. fol. 74. Exposicion de la Doctrina christiana, por sermones. fol. 85. Lo que se contiene em

⁶ Doctrina christiana, y catecismo para instruccion de los indios, y de las de mas personas, que han de ser enseñadas en nuestra sancta fé. : Con vn confessionario, y otras cosas necesarias para los que doctrinan, que se contienen en la pagina siguiente. Compuesto por auctoridad del Concilio Prouincial, que se celebró en la Ciudad de los Reyes, el año de 1583. ; Y por la misma traduzido en las dos lenguas generales, de este reyno, quichua, y Aymara. Ciudad de los Reyes-Lima: Antonio Ricardo, 1584. "Provision Real", p. AA3.

⁷ As traduções eram parte da política católica espanhola voltada à pregação e doutrina dos índios em suas próprias línguas, que complementavam os esforços envidados pela monarquia dos Felipes patentes, por exemplo, na abertura de cadeiras para o ensino de línguas indígenas no mundo americano: "As a result of the Crown's interest in native languages, chairs in Quechua were established in Lima (1580) and in Quito (1581) to examine those priests who intended to occupy parishes where Quechua was spoken. Royal decrees of 1580, 1603, 1605, 1622, and 1628 insisted that the religious learn and speak the languages traditionally found in their parishes" (HARRISON, Regina. "The Language and Rhetoric of Conversion in the Viceroyalty of Peru." *Poetics Today*, Vol. 16, 1, Loci of Enunciation and Imaginary Constructions: The Case of (Latin) America, II, 1995), p. 1-27 [p. 4].

la segunda parte, es lo siguiente. Exposicion para ayudar a bien morir. Confessionario. Instruccion, para extirpar los ritos, y supersticiones de los Indios. Facultades, y Priuilegios, concedidos por los summos Pontifices, a los Indios. Forma de impedimentos del Matrimonio para los Indios (DOCTRINA CHRISTIANA, Y CATECISMO PARA INSTRUCCION DE LOS INDIOS, Y DE LAS DE MAS PERSONAS, QUE HAN DE SER ENSEÑADAS EN NUESTRA SANCTA FÉ, 1584, p. AA2)

Deter-nos-emos na análise de "Annotaciones, o Scolios, sobre la traduccion en las lenguas Quichua, Y Aymara". Por ora, queremos demonstrar como se dava o procedimento de normatização lingüística a que eram submetidas as línguas indígenas e como se operava a tradução dos textos castelhanos em línguas vernaculares americanas.

Começam as *Annotaciones* pela declaração do que se deseja evitar nas traduções dos textos apresentados primeiramente em castelhano: segundo os padres jesuítas que se incumbiram de realizar a tradução, será descartado o "modo tosco, y corrupto de hablar, que ay en algunas prouincias"⁸. Mas o que devemos entender por modo tosco e corrupto de falar? E a que províncias se referem os jesuítas quando falam da maneira corrupta de falar quéchua? Logo à primeira página das *Annotaciones*, deparamo-nos com uma contraposição entre Cuzco e todos os outros lugares em que se fala quéchua, sendo o falar de Cuzco considerado pelos padres da Companhia "modelar", tornando-se corrupto à medida em que nos afastamos da referida cidade, não sendo tão bem falado já nos *pueblos comarcanos*, vizinhos da cidade, quanto nela própria:

tuuose en esto (na tradução) mas attencion a las prouincias, que estan fuera del Cuzco, y de los pueblos a el comarcanos, y mucho mas a los que estan desde Guamatiga hasta Quito, y a los de los Llanos, dõde no hablan con la perfeccion que en el Cuzco, sino algo corruptamente, y en algunas prouincias con mas barbaridad que en otras (DOCTRINA CHRISTIANA, Y

⁸ ANNOTACIONES, O SCOLIOS, Sobre la traduccion de la Doctrina christiana, y Catecismo en las lenguas Quichua, y Aymara. Con la declaracion de las phrases, y vocablos que tienen alguna difficultad, los cuales se hallará por su orden de Alfabeto, pp. 83r [P. 73r]-84r (Há óbvia gralha na numeração do fólio por que principiam as *Annotaciones*), p. 73v.

CATECISMO PARA INSTRUCCION DE LOS INDIOS,
Y DE LAS DE MAS PERSONAS, QUE HAN DE SER
ENSEÑADAS EN NUESTRA SANCTA FÉ, 1584, p. AA2)

É preciso, no entanto, tentar estabelecer o que se entende por "corrupção", para, em um segundo momento, podermos estabelecer como os padres da Companhia puderam, frente ao uso do quéchua por falantes nativos, fixar uma norma por que passam a ajuizar os usos múltiplos da língua em um dado tempo e espaço. Em primeiro lugar, pensariamos que a barbaridade com que se fala quéchua em todas as províncias fora de Cuzco, ora maior, ora menor ("con mas barbaridad que en otras"), encontrar-se-ia ausente de todo nesta última, mas, ao elencar os elementos lingüísticos que comprometem o falar tornando-o tosco e corrupto, para nosso espanto expõe-se como exemplo de "erros" ou "vícios" cometidos justamente usos que se encontram entre a população cusquenha. Os padres dizem dos cusquenhos que eles, assim como outros falantes de quéchua que vivem na comarca de Cuzco, "usan vocablos, y modos de dezir tan exquisitos, y oscuros, que salen de los limites del language, que propriamente se llama Quichua"⁹. Constatam-se, desde já, os limites do que legitimamente se pode chamar de língua quéchua, limites esses fixados não pelos falantes e utentes desse sistema lingüístico, mas pelos padres da Companhia que se propuseram compor textos em quéchua, fixando a noção de gramaticalidade dos fenômenos lingüísticos por eles observados. Não podem ser ditos quéchua "vocabulos" (*verba singula*) e "modos de dizer" (*verba conjuncta*) que: 1) "por ventura se vsauan antiguamente, y agora nõ" (patenteia-se nesse excerto que os padres da Companhia, ao compor gramáticas de línguas indígenas, baseavam-se na tradição gramatical e retórica grega e latina, em que era fundamental a noção de *puritas* [correção/propriedade], passível de ser infringida caso fossem empregadas, por

⁹ Doctrina christiana, y catecismo para instruccion de los indios, y de las de mas personas, que han de ser enseñadas en nuestra sancta fé. : Con vn confessionario, y otras cosas necesarias para los que doctrinan, que se contienen en la pagina siguiente. Compuesto por auctoridad del Concilio Prouincial, que se celebrou en la Ciudad de los Reyes, el año de 1583. ; Y por la misma traduzido en las dos lenguas generales, de este reyno, quichua, y Aymara. Ciudad de los Reyes-Lima: Antonio Ricardo, 1584. "Provision Real", p. AA2.

exemplo, palavras arcaicas, vetustas [*verbum vetus*], a não ser que o gênero discursivo praticado exigisse seu emprego. A heterogeneidade social/linguística que marca qualquer comunidade de fala faz com que a própria noção de *verbum vetus* se torne problemática, pois, como sabemos, há grupos mais conservadores que mantêm usos que já caíram em desuso alhures entre membros dessa mesma comunidade de fala. Os jesuítas, ao elencarem os *verba vetusta*, nada mais fazem do que erradicá-los da escrita e proscreverem-nos como índices de barbaridade. Como o quíchua e o aimara eram para os jesuítas culturas orais antes de sua empresa de escrituração, é difícil entender como e a partir de que documentos eles de fato determinam o arcaísmo de alguns vocábulos frente a outros julgados atuais; 2) (eram tomados de outras nações com que os falantes de quíchua mantinham contatos): "o tomndolos de otras naciones com quien tratan" (A ressalva agora aplica-se à palavra peregrina [*verbum peregrinum* ou *barbarolexis*], palavra de origem estrangeira que se infiltra em uma outra língua por razões históricas as mais variadas. Quintiliano, no *Institutio Oratoria*, ao referir os tipos de *verbum singulum*, menciona, a par dos latinos [*nostra*], os peregrinos [*peregrina*]¹⁰. O barbarismo não se restringe ao *verbum peregrinum*, como no-lo ensina Quintiliano, e, embora não o autorize, informa-nos que "Esses vícios são às vezes perdoados, porque nos acostumamos a eles ou ainda porque a idade ou a autoridade contam a seu favor" (QUINTILIANO, 1963, p. 80)¹¹. O barbarismo também era considerado um vício no *Ad Herennium*, texto usado por Quintiliano quando da composição do *Institutio Oratoria*; naquele se lê: "O barbarismo ocorre se a expressão verbal é viciosa/incorreta"¹². No caso específico do *verbum peregrinum*, era uma ofensa cometida contra a vernaculidade (*latinitas*). João de Barros, ao reconhecer o efeito propriamente linguístico do contato de portugueses com povos falantes de outras línguas, diz ser a conquista e o comércio fatores determinantes

¹⁰ QUINTILIANUS, Marcus Fabius. *Institutio Oratoria*. 95 d.C. With an English Translation by H. E. Butler. Cambridge: Harvard University Press, Loeb Classical Library, 1963, vol. I, I, IV, 3, p. 78. O inteiro parágrafo é como segue: "Singula sunt aut nostra aut peregrina, aut simplicia aut composita, aut propria aut translata, aut usitata aut ficta" (Palavras individuais são ou nativas ou estrangeiras, simples ou compostas, próprias ou translatas, de uso corrente ou recentemente cunhadas).

¹¹ O excerto latino correspondente à tradução é o que segue: "Sed quia interim excusantur haec vitia aut consuetudine aut auctoritate aut vetustate".

¹² *AD HERENNEIUM* (1989).

da penetração de *verba peregrina* na língua portuguesa: "Básta saber que temos [vocábulos] latinos, arauigos, e outros de diuersas nações que conquistamos e com quem tiuemos comercio: assy como elles tem outros de nós" (BARROS, 1540, p. 4). Por causa justamente do expansionismo imperialista português, João de Barros acaba por asseverar que a língua de nenhum reino europeu padece da enfermidade do barbarismo tanto quanto Portugal, pois as gentes da África, Ásia e Brasil, ao tentar imitar o falar dos portugueses, estropiam-no de vária maneira, barbarizando-o, para além da adução ao português de suas bárbaras palavras:

Barbarismo, e uicio que se comete na escritura de cada hũa das partes, ou na pronúciaçã. E em nenhũa parte da terra se comete mais esta figura da pronúciaçam, que nestes reinos: por causa das muitas nações que trouxemos ao iugo de nosso seruiço. Por que bem como os gregos e Roma auiã por bárbaras totalas outras nações estranhas a elles, por nam poderem formar sua linguagem: assy nós podemos dizer que as nações de Africa, Guíne, Asia Brasil, barbarizam quando querem imitar a nossa (BARROS, 1540, p. 34).

Antes de João de Barros, Fernão de Oliveira referira pela primeira vez na história da gramática portuguesa a penetração de *verba peregrina* na nossa língua, e como parece, à primeira vista, que teve uma atitude mais condescendente do que João de Barros frente aos estrangeirismos, é preciso detenção e maior atenção nos vários passos de sua obra em que trata do barbarismo lexical. Primeiramente, declaremos que para Fernão de Oliveira, assim como para Antonio de Nebrija e João de Barros, a língua é companheira do império e dela depende a unidade dos súditos encabeçados por um mesmo senhor; em Fernão de Oliveira já se equaciona sem sombra de dúvida a relação entre língua e Estado monárquico, objeto de louvor em muitos diálogos sobre a defesa e ilustração das línguas vernaculares no século XVI: "porque a lingua & a unidade dela (terra) he mui certo apelido do reyno do senhor & da irmandade dos vassallos" (OLIVEIRA, 1536, p. 4). Essa mesma ideia é declarada sem reboços na ortografia de Pero de Magalhães Gandavo,

que, tendo lido Oliveira, concertou com este sobre ser a unidade da terra representada pela unidade da língua, tornando patente a unidade dos laços entre senhor e sujeitos: "Por ser a presente obra (muito alto & serenissimo senhor nosso) em defensão da lingua Portuguesa, & V. A. ter tanta razão de a honrar & engrandecer muito, pella professar & ser senhor da mesma nação [...]" (GANDAVO, 1574, p. 1).

Fernão de Oliveira sabe tão bem que a língua é companheira do Império, que fala, assim como o fará João de Barros depois dele, por mais de uma vez, da complementaridade, atestada historicamente, entre o expansionismo bélico grego e romano e aquele propriamente linguístico que lhe é complementar: "Porque Greeceia & Roma so por isto ainda viuem: porque quãdo senhoreauão o mundo mandarão a todas as gentes a ellas sogeytas aprender suas linguas" GANDAVO, 1574, p. 1). A referência ao expansionismo bifronte grego e latino tem como finalidade promover o desejo lusitano de emulação, como fica claro no excerto que segue, em que se declara que cabe aos lusitanos menos ser ensinados de Roma do que ensinar os da Guiné, por exemplo, e demais gentes sujeitas ao império português (declaração puramente retórica, porque os portugueses só podem ensinar os da Guiné, Índia e Brasil, porque aprenderam como fazê-lo pelo exemplo romano lido nos autores antigos): "porque melhor he que ensinemos a Guine ca sejamos ensinados de Roma" GANDAVO, 1574, p. 1). O expansionismo bélico e linguístico é explicitamente mencionado logo no princípio da obra de Fernão de Oliveira, em que, ao relatar a paz em que se vive em Portugal, ufana-se da grandeza portuguesa pela conjunção das armas e letras: "assi em armas como em letras engrandecendo" GANDAVO, 1574, p. 1). É para justamente servir à otimização dessa conjunção entre armas e letras que se compõe a arte gramatical, pois é a ela que cabe o papel de ensinar a bem falar e escrever a própria língua GANDAVO, 1574, p. 4), companheira do império, de que deriva a precisão de se alijar do reino qualquer outra língua que não aquela falada pelo senhor e súditos. Em passagem de sua obra, Fernão de Oliveira admoesta os portugueses para que se não detenham na ilustração de outras línguas

que não a portuguesa – óbvia alusão ao uso do castelhano em ambientes cortesãos, no Reino, e aos muitos falares veiculares nas possessões de além-mar -, ao tempo em que relata o amor que as gentes nativas da África, Índia e Brasil tem aos seus portugueses, ou seja, aqueles que lá vivendo adotam os vernáculos estrangeiros, pondo de parte o português, o que reforça a correlação entre a presença da imposição linguística e o domínio colonial:

& nam trabalhemos em lingua estrangeira mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas que a possamos ensinar a muytas outras gentes & sempre seremos dellas louuados & amados porque a semelhança e causa do amor, & mais em as linguas. E ao contrario vemos em Africa, Guine, Brasil & India não amarem muyto os portugueses que antrelles naçem so polla diferença da lingua: & os de la naçidos querem bem aos seus portugueses & chamam lhes seus porque falão assi como eles (GANDAVO, 1574, p. 4).

A escrita de uma arte gramatical serve, como em Antonio de Nebrija e João de Barros, para impor preceitos, palavra essa que em Fernão de Oliveira é reforçada pela adjunção de um outro vocábulo, "lei" - "he verdade que se não teueremos certa ley no pronũciar das letras não pode auer certeza de *preceitos* (grifo nosso): nem arte na lingua", a despeito de saber que há variação devida à imersão da língua na história ("mas hũa mesma nação & gente de hũ tempo a outro muda as vozes & também as letras" (GANDAVO, 1574, p. 4)), variação essa que, no entanto, a arte ajuda a deter pela normatização que impõe, pois não se pode pensar, por exemplo, em ortografia – e metade da obra de Fernão de Oliveira é dedicada a essa parte da arte gramatical -, sem pensar ao mesmo tempo em "norma"¹³. Ao admitir vocábulos estrangeiros

¹³ A normatização da escrita pela imposição ao português de uma ortografia de base etimológica torna-se proposta central e de aplicação sistemática na ortografia de Pero de Magalhães Gandavo, em que as distinções de sentido em dições homófonas se evidenciam pelo recurso ao reconhecimento de sua origem latina: "Mas ainda que isto assi pareça, nem por isso terão licença de pôr c, em lugar de s, nem s, em lugar de z, nem z, em lugar de s, nem s em lugar de c, porque na verdade seria corromperem a verdadeira pronunçiação dos vocabulos, & muitas vezes significar hũa cousa por outra, assi como, passos que se escrevem com dous ss, quando significão os que se dão com os pés, & paços quando se entendem pelas casas reaes com c" (GANDAVO, 1574, s/nº, De como se ha de fazer defferença na pronunçiação de alguas letras em que muitas pessoas se costumão enganar").

no português, porque se fazem precisos devido a novas artes, como a do prelo, ou à introdução de coisas antes desconhecidas, como o é a mandioca, os portugueses devem afeiçoar esses *verba peregrina* à sua própria língua (OLIVEIRA, 1536, p. 4), mas no caso dos barbarismos advindos de nações culturalmente "bárbaras" como o eram as de África, Ásia e Brasil, os portugueses, ao tomarem-nos para si e ao adaptá-los à sua própria "consonância", ao impor-lhes um outro pneuma¹⁴, de certa maneira humanizavam-nos, extirpando-lhes parte de sua barbaridade. Essa parasitação da palavra estrangeira pelo pneuma próprio da língua portuguesa estava em conformidade com o que Fernão de Oliveira declarara logo no princípio de sua obra a respeito das influências celestes e terrestres sobre as línguas: "Nas quaes (línguas) tem dominio as condições do çeo & terra em que viuem os homens/ vem que hūas gentes tomão suas vozes mays no papo como caldeus & arabigos & outras nações cortão vozes apressandosse mays em seu falar"¹⁵; entretanto, o falar dos portugueses, mais repousado, em que cada dição era pronunciada com distinção tanto *in verbis singulis* quanto *in verbis conjunctis*, na maior parte dos casos, acabava por amoldar as palavras peregrinas ao som dessa língua tão cheia de "polícia", porque exercitada na conversação (*urbanitas*) e nos bons tratos e ofícios:

mas nos falamos com grande repouso como homens assentados: & não somente em cada voz per sy mas também no aiuntamento & no som da lingoagem pode auer primor ou falta antre nos: nam somente nestas mas em muitas outras cousas tem a nossa lingoa auantagem: porque ella e antiga ensinada prospera & bem cōuersada: & também exercitada em bos tratos & ofícios.

¹⁴ João Adolfo Hansen, em seu estudo da poesia anchieta, forja o conceito "pneuma", para, a partir dele, compreender o processo de captura da língua tupi pelos padres da Companhia, que a aculturam não apenas linguisticamente: "Praticamente, ao trazer a língua tupi para o círculo hermenêutico cristão, Anchieta a captura com a luz do verbo refletida na sua escrita. Metrificar o tupi com a redondilha menor medieval impõe uma acentuação, um ritmo e a forma de uma respiração européia que o aculturam. Rimar o tupi submete a língua do indígena a um sistema musical de equivalências relacionadas ao princípio de similitude e, portanto, ao princípio metafísico de identidade, Deus" (HANSEN, 2005, p. 33).

¹⁵ Idem, p. 3 r-v.

Em Fernão de Oliveira, por conseguinte, aliam-se as doutrinas políticas do expansionismo militar e linguístico, preconizado ao seu tempo por outros letrados, a rejeição às línguas estrangeiras no âmbito da soberania lusa, a estrita adoção de palavras peregrinas quando não fosse possível descartar-se delas e, por fim, a parasitação dessas mesmas palavras pelo pneuma do português, do que se conclui que não encarava os estrangeirismos como vocábulos que enriqueciam sempre a língua e que deveriam se adotados sem critério. As exceções são sempre grecismos e latinismos, pois eram consideradas à época línguas-mananciais de que dependia a cópia do português em fase de consolidação como língua de um Estado monárquico em vias de centralização. Esse polimento do português por sua crescente proximidade com a língua latina devido aos crescentes empréstimos lexicais durante os séculos XVI e XVII é confirmado não só pela leitura de Fernão de Oliveira e João de Barros, mas também se nos apresenta no *Orthographia*¹⁶ de Pero de Magalhães Gandavo e em seu *Diálogo* de defesa da língua portuguesa, apenso àquele. Inclusive, a latinização da nossa ortografia por sua etimologização é preceito em Pero de Magalhães Gandavo, como já dissemos, e condição para que ela se destaque entre os outros falares românicos, tornando-se crescentemente "singular", ou seja, "distinta e apurada":

por que quanto mais chegarmos ao latim estes & outros quaisquer vocabulos latinos que corruptamente vsamos guardando lhes fielmente sua orthografia, tanto sera nossa lingua mais polida, & ficara nesta parte mais singular & apurada que as outras (GANDAVO, 1574).¹⁷

¹⁶ A derivação dos vocábulos portugueses do latim falado na Lusitânia é condição para que o português exija para si foros de excelência como língua de uma monarquia em fase de centralização: "nossa língua foy inuentada como forão as outras línguas: E se algũa nesta parte a fauoreceo foy a Latina, da qual todos estes nossos vocabulos, ou a mayor parte deles trazem sua origem", excerto a ser complementado pelo seguinte: "Pues como la lengua Latina sea madre de las otras lenguas, y mas copiosa y excelente de todas quantas hay (como sabemos) aquella que mas semeja y propinqua fuere a ella, essa será mejor y mas singular que las otras" (GANDAVO, Pero de Magalhães de. Seguese Hum Dialogo em Defensam Da Língua Portuguesa sobre a qual tem disputa hum Português com um Castelhana. IN: *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa*. Lisboa: Off. de Antonio Gonfalvez, 1574. Há uma boa edição do *Diálogo* preparada por Edwin B. Williams: WILLIAMS, Edwin B. *Dialogo e Defensam da Língua Portuguesa*. In: *PMLA*, v. 51, n.3, p. 636-642, 1936.

¹⁷ GANDAVO (1574) afirma que "Dos Sinaes que se hão de vsar quando se não acabar a dição no fim da regra, & de como se ha de fazer esta diui-são". Jorge Ferreira de Vasconcelos foi outro autor português engajado na defesa da língua portuguesa, sobretudo face ao avanço do castelhano

(III)

No caso específico do barbarismo prosódico, João de Barros elenca seus tipos de acordo com a classificação dos fenômenos de pronúncia presente em retóricas antigas, tanto gregas quanto latinas, classificação essa que servirá para a instrução dos estudantes de retórica quando tiverem de aprender as chamadas figuras de dicção ou alterações metaplásticas dos corpos de palavra, podendo havê-las por acréscimo ou subtração de elemento fonológico ao princípio, meio ou fim de vocábulo, ou, ainda, pela transposição de "letras" no corpo vocabular. Cabe dizer apenas, antes de passar aos barbarismos prosódicos, que João de Barros apresenta a *adiectio* e a *detractio* de valores fônicos sempre como vícios, e não refere seu caráter de ornato, como o faz, por exemplo, Antonio de Nebrija, seu modelo¹⁸. Quanto aos acréscimos (*adiectio*), podem ser classificados como: 1) *Prosthesis* (acrécimo no início de palavra)¹⁹; 2) *Epenthesis* (Interposição de fonema no meio de corpo vocabular)²⁰; 3) *Paragoge* (posposição de fonema ao corpo vocabular)²¹. A supressão

como língua literária e cortesã (Ver PIPER, Anson C. Jorge Ferreira de Vasconcellos: Defender of the Portuguese Vernacular In: Hispania, vol. 37, n. 4, pp. 400-405, 1954).

¹⁸ Segundo Nebrija (1492), barbarismo, para além de ser a adoção da palavra peregrina, pode ser também uma má pronúncia em que se dá a metástase ou ainda a *adiectio* ou *detractio* de um valor fônico de corpo de palavra: "I por que los peregrinos & estrajeros que ellos llamarõ barbaros corõpian su lengua cuando queriã hablar en ella: llamarõ barbarismo aquel vicio que cometian en una palabra. Nos otros podemos llamar barbaros a todos los peregrinos de nuestra lengua sacando a los griegos & latinos. & a los mesmos de nuestra lengua llamaremos barbaros si cometen algun vicio en la lengua castellana. El barbarismo se comete o en escriptura. o en pronuciación. añadiendo o quitado. o mudado. o trasportado alguna letra o silaba o acento en alguna palabra. como diciendo peidro por pedro. añadiendo esta letra i. Pero por pedro. quitado esta letra .d. petro por pedro. mudando la .d. en .t. perdo por pedro trastrocada la .d. cõ la .r. pedró el acento agudo por pedro el acento grave en la ultima silaba" (ver NEBRIJA, 1492, "Capitulo .v. del barbarismo & solecismo"). Mas em sua gramática Antonio de Nebrija, contrariamente a João de Barros, estabelece a diferença, com pleno conhecimento da retórica e da poética, entre, de um lado, *lexis*, e de outro, barbarismo (havendo o recurso intermediário do ornato ou licença denominado "metaplasmo"); opõe ainda a *phrasis* ao solecismo, havendo o recurso elocutivo intermediário do *schemata*. "Si en alguna palabra no se comete vicio alguno: llama se lexis: que quiere dezir perfecta dicion. Si en la palabra se comete vicio que no se pueda sufrir: llama se barbarismo: si se comete pecado que por alguna razon se puede excusar: llama se metaplasmo. E esso mesmo si en el aiuntamiento de las partes de la oracion no ai vicio alguno: llama se phrasis: que quiere dezir perfecta habla. Si se comete vicio intolerable: llama se solecismo. Si ai vicio que por alguna razon se puede excusar: llama se schema. Assi que entre barbarismo & lexis esta metaplasmo. entre solecismo & phrasis esta schema" (Idem, ibidem). Como se sabe, João de Barros põe na classe dos vícios o que Antonio de Nebrija consegue compreender também como estruturas eminentemente elocutivas e, por conseguinte, próprias para produzir a ornamentação dos discursos.

¹⁹ BARROS (1540, p. 34).

²⁰ BARROS (1540, p. 34)

²¹ BARROS (1540, p. 34)

(*detractio*) pode ser classificada como: 1) *Apheresis* (supressão de elemento no início de palavra)²²; 2) *Sincofa* (supressão de elemento no meio do corpo vocabular)²³; 3) *Apocopa* (supressão de elemento ao final do corpo vocabular)²⁴. Quanto à transposição de fonemas em um vocábulo, João de Barros adota a palavra grega *Metatesis*²⁵ para denominá-la. As alterações de unidades fônicas nos corpos de palavra referidas por João de Barros como constitutivas de uma certa barbaridade, derivada da má pronúncia desses mesmos corpos de palavra, só têm sentido caso haja uma norma frente a qual se possa contrapor os usos bárbaros. É, por essa razão, que, ao escrever uma gramática do português de tipo preceptivo, João de Barros sente a necessidade de especificar o que diferencia o vernáculo de suas apropriações barbarizantes: contrapõe o falar português pelos portugueses a um falar o português por africanos, asiáticos e índios e, em um segundo momento, o falar cortesão a um falar rústico, derivando a má pronúncia desse homem rústico do que chamaríamos hoje "dialetismo", uma espécie de barbarismo desde os retores antigos (LAUSBERG, 1993, p. 125). É essa mesma idéia de gramática preceptiva o que anima os jesuítas em sua empreitada de compor gramáticas para as línguas indígenas americanas – mas não só americanas – e, também, cartilhas, catecismos etc.

Podemos desde já afirmar que a definição de gramática dominante na Europa do século XVI, e que se encontra claramente expressa, por exemplo, em solo luso, na *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros, e que a define como "hũ módo çerto e iusto de falár, & escreuer, colheito do uso, e autoridáde dos barões doutos"²⁶, dentre os quais ele se coloca ao compor a maior parte dos exemplos de sua *Gramática*, é aquela que alicerça o labor dos tradutores jesuítas no Reino do Peru, pois os padres tratam, mesmo que não refiram a palavra "gramática" quando das traduções de cartilhas, catecismos e confessionários, por exemplo, daquela que João de Barros chamará "preceptiva" em oposição à

²² BARROS (1540, p. 34)

²³ BARROS (1540, p. 34)

²⁴ BARROS (1540, p. 34)

²⁵ BARROS (1540, p. 35)

²⁶ BARROS (1540, p. 2)

"especulativa". Pois, não há lugar para dúvida, o que temos diante de nós são preceitos gramaticais frente aos quais os padres podem estabelecer os usos mais ou menos bárbaros que transgridem o bom falar ou o uso por eles ajuizado modelar. É preciso que haja uma *puritas*, sem o quê, não haveria lugar para o barbarismo, o dialetismo e os arcaísmos, usos que se deseja alijar, pois ferem a vernaculidade. Mas que vernaculidade? E se a gramática dos padres é de tipo "preceitivo", em que autoridades foram eles buscar respaldo, de que barões doutos foram eles socorrer-se quando da necessidade de encontrar *exempla* que roborassem sua idéia de bom uso? Pode-se principiar a resposta pela oposição entre, de um lado, o uso modelar do quéchua pelos próprios padres em suas traduções – no que imitam, por exemplo, João de Barros, o que demonstra, por outro lado, ser essa mesma prática bastante difusa no século XVI -, e, de outro, todos os usos mais ou menos bárbaros então correntes de que não escapa nem o melhor falar da região de Cuzco. Os padres, no princípio das *Annotaciones*, como dissemos acima, já haviam expurgado o quéchua de um conjunto de vocábulos que feriam a *puritas* da língua; poucos parágrafos abaixo, voltam a dizer que a barbaridade dos usos veiculares do quéchua não se faz notar tanto no âmbito dos *verba conjuncta* quanto naquele dos *verba singula*, estando nestes últimos o problema do uso verdadeiramente bárbaro. Mais uma vez, contrapõe-se o uso lingüístico cusquenho aos demais e critica-se o emprego, pelos falantes do quéchua, de vocábulos peregrinos, principais causadores da barbaridade:

La imperfecciõ o barbariedad, que ay en los que hablã corruptamente la lengua Quichua, no esta tão en la conexiõ de las dicciones, quãto en la variedad de los vocablos, que son diferentes de los que se vsan en el Cuzco, y algo toscos, tomados de sus idiomas particulares (DOCTRINA christiana y catecismo para instruccion de los indios, 1583).

Há um outro vício, que contribui para a barbaridade do quéchua, vício esse já apontado por Quintiliano no *Institutio Oratoria* no que respeita à *latinitas*, ou seja, problemas concernentes à prosódia. O retor latino

assevera que há barbarismo quando o falante adiciona ou omite uma letra ou sílaba, ou quando substitui uma letra ou sílaba por outra, ou ainda quando coloca uma letra ou sílaba onde ela não poderia normalmente estar no corpo vocabular: "Tertium est illud vitium barbarismi, cuius exempla vulgo sunt plurima, sibi etiam quisque fingere potest, ut verbo, cui libebit, adiciat litteram syllabamque vel detrahat, aut aliam pro alia aut eandem alio quam rectum est loco ponat" (QUINTILIANUS, 95 d.C.). O mesmo problema é apontado pelos padres da Companhia no que concerne ao uso diário do quéchua pelos falantes, falta essa que se propõem corrigir na tradução de textos sacros para essa língua:

Tâbien esta en la pronunçiaçõ, que cada prouincia la tiene particular y diuersa dela del Cuzco, pronunçiãdo la lengua unos mas gutturalmente que otros (pero desta Pronunçiãçõ diremos abaxo) quitãdo letras o añadiendo, o mudãdo, como *hara* por *çara* mayz. O acentuando contra el vso comum del Cuzco en las vltimas, o antepenultimas, como quiera que lo ordinario sea en la penultima, o hablando con un son de rusticos y agenos de policia. [...] Iten esta en algunas phrases, y modos que son toscos, como en la transicion de segunda, y tercera persona a primera dizen *ma* por *hua*, como Ricumanqui por ricuhuanqui. [...] De los quales modos no se vsa en toda esta traductiõ.²⁷

²⁷ ANNOTACIONES, O SCOLIOS, Sobre la traduccion de la Doctrina christiana, y Catecismo en las lenguas Quichua, y Aymara, p. 74 v. As variações morfêmicas em conjugações verbais no quéchua são explicadas pelos jesuítas ou como arcaísmo ou como dialetismo, sendo o resultado da observação linguística do fenómeno análogo àquele que encontramos nos usos de, por exemplo, participios passados em "udo" por autores como Gil Vicente, já no século XVI. As formas participiais arcaicas em português tornam evidente a dissimetria social entre falantes de uma mesma comunidade de fala ["Mas só decorridos cerca de 80 anos Gil Vicente conseguiria mostrar, pelo riso, as assimetrias sociais provocadas pelo franco progresso económico-cultural da era de Quinhentos. Para esse riso do público muito contribuiriam as formas arcaicas utilizadas pelos camponeses: a forma creçudo provém, precisamente, da boca de uma mulher, que tenta justificar *ab absurdo* o comportamento (pouco digno) da sua filha" (CARVALHO, Maria José. "Periodização da língua portuguesa num contexto social: uma contribuição para a Sociolinguística histórica". *Revista Galega de Filoloxía*, Respositorio Universidade da Coruña, 2002, pp. 1-17, p. 10, captado em 24 de Janeiro de 2012 em ruc.udc.es), dissimetria essa que, no caso dos padres da Companhia, se produz por sua intervenção no sistema do quéchua e pela clivagem que eles estabelecem entre usos concorrentes. As variantes espúrias, segundo juízo dos padres, poderão ser empregadas a depender do contexto, servindo-se delas como variantes estilísticas de tipo diafásico e diatópico, que são verdadeiros marcadores sociais. Para finalizar, é preciso dizer que as seleções linguísticas levadas a termo pelos padres da Companhia, evidentes nas ANNOTACIONES, são depois tornadas norma nas gramáticas de quéchua, como a de Diego Gonzales Holguín, em que se elimina a forma "ma", mantendo-se apenas aquela em "hua", como prescrito pelos jesuítas encarregados das traduções: "CAPÍTULO CUADRAGÉSIMO DE LA CUARTA TRANSICIÓN HUANO que es de tercera persona a primera, y se hace también en todos los modos y tiempos con dos plurales, ambos de persona que padece. Indicativo Presente: Sing. Munahuan, él me ama. Plur. Munahuamchic, o munahuanchiccu, él nos ama." (HOLGUÍN, Diego Gonzales. Gramática y arte

Os problemas referidos pelos padres da Companhia concernentes ao quéchua são os mesmos apontados por João de Barros, no mesmo século, em sua *Gramática*, presentes de forma clara no excerto em que se fala da alteração de elementos fônicos nos corpos de palavra. Os jesuítas, ao comporem textos em quéchua e aimara, atenderam ao tratamento gramatical dispensado às línguas das várias monarquias européias em fase de centralização, e pensaram como indissociável o par norma/uso (embora nenhum uso regional ou social individualmente considerado equivalha à norma por eles fixada e representada por seus escritos), incumbindo-se de fixar a norma para a prosódia, a ortografia, a morfologia e inclusive para a sintaxe das línguas indígenas toda vez que a variação os obrigava a proceder a uma dada escolha. Leite (2007), em seu estudo sobre a gramática portuguesa no século XVI, afirma que, por ser um fato social, um objeto cultural, ela:

é por natureza normativa, no sentido de sua atualização ser, obrigatoriamente, de modo esperado, ou seja, de modo como todos os falantes a realizam historicamente. As variações e as mudanças ocorrem dentro desse quadro do 'socialmente obrigatório', em escala crescente, isto é, da variação para a mudança, de acordo com a imposição do grupo de falantes, para cada fenômeno linguístico (LEITE, 2007, p. 23).

Mas são justamente as mudanças e as variações que a gramaticalização e a textualização do quéchua pelos padres visam a subtrair ou minimizar, procedimento visto em outros espaços americanos em que os jesuítas obraram, como é o caso do Brasil. Recordemo-nos da gramática composta por José de Anchieta e comparemos sua fatura com a proposta de tradução de textos sacros em língua castelhana para o quéchua para tentar depreender, por meio da comparação, um comum *modus operandi*. O padre José de Anchieta, em seu ARTE DE

nueva de la lengua general de todo el Peru llamada lengua Qquichua o lengua del Inca Añadida y Complida en todo lo que faltaba de tiempos, y de la Gramática y recogido en forma de Arte lo mas necesario en los dos primeros libros. Con mas otros dos libros postreros de adiciones al Arte para mas perficionarla, el uno para alcanzar la copia de vocablos, y el otro para la elegancia y ornato. Compuesta por el Padre Diego Gonzales Holguin de La Compañía de Jesus Natural de Caceres Nueva edición revista y corrigida, 1842, p. 170).

GRAMMATICA DA LINGOA mais vsada na costa do Brasil. Feyta pelo padre Ioseph de Anchieta da Cõpanhia de IESU. Com licença do Ordinario & do Preposito geral da Companhia de IESU. Em Coimbra per Antonio de Mariz. 1595., ao gramaticar o que ele denomina "lingoa do Brasil", o faz reconhecendo as diferenças que há entre os vários falares das etnias pertencentes ao tronco tupi, o que se pode constatar em várias passagens de seu livro. Contrapondo, por exemplo, o falar dos tamoiros àquele dos índios de São Vicente, no que respeita à pronúncia de consoantes em posição final de verbos conjugados no presente do indicativo, diz desses últimos: "Os tupis de Sam Vicente, que são alem dos Tamoyos do Rio de Janeiro, nunca pronúncia a vltima consoante no verbo affirmatiuo, vt pro *Apáb*, dizem, *Apá*, pro *Acêm*, & *Apên*, *Acê*, *Apê*, pronúnciando o til somente, pro *Aiúr*, *Aiú* (p. 1v.). O processo de gramaticalização vai prescrevendo a adoção do que se denomina "o mais vniversal vso" (p. 2r.), produzindo por meio da planificação o que conhecemos por língua geral. Pode-se dizer, por conseguinte, que as gramáticas das línguas indígenas produzidas pelos padres da Companhia em solo americano nos séculos XVI, XVII e XVIII são sempre "gramáticas de línguas gerais", necessárias para a pregação, doutrinação, conversão e confissão dos índios. Desse modo, os padres da Companhia, na medida em que compunham textos em línguas bárbaras, na medida em que produziam abundantes traduções de textos latinos e castelhanos, no Peru, por exemplo, para o quéchua e o aimara, produziam um idioleto que lhes era próprio, e que, por ser o único dotado de escrita e escritos, escritos esses que eram depois citados, excertados e introduzidos em outros textos jesuíticos compostos nessas línguas, tornava-se por necessidade a variante mais "cotada".

Esse procedimento de constituição de línguas gerais pela gramaticalização deriva da fatura das primeiras gramáticas de línguas românicas, como o são aquelas de Antonio de Nebrija e de João de Barros. Antonio de Nebrija, assim como João de Barros, que escreveu sua gramática baseada em grande parte na do autor espanhol, não desconhecia o binômio norma/uso, mas se empenhou em estabelecer

para o castelhano uma norma frente aos usos numerosos com que se deparava e que feriam o projeto imperialista de que também participava. Ele foi o primeiro letrado de uma monarquia europeia a conceber a indissociabilidade do binômio língua/império ("que siempre la lengua fue compañera del imperio: & de tal manera lo siguió, que junta mente començarõ. crecieron. & florecieron. & despues jũta fue la caida de entrambos" (NEBRIJA, 1492)²⁸, apresentando exemplos

²⁸ NEBRIJA, Antonio. *Gramática Castellana*. Reprodução Phototypique de L'Édition Princeps (1492), Publiée avec une Préface par E. Walberg. Halle: Max Niemeyer, 1901, p. 1. A difusão da língua imperial, seja ela castelhana ou portuguesa, é lugar-comum nas gramáticas, diálogos e defesas das línguas vernaculares no século XVI. Em Portugal, o argumento de que a língua está a serviço do império e este a serviço da língua faz-se presente tanto em João de Barros quanto em Pero de Magalhães Gandavo. No *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, João de Barros declara que a expansão marítima portuguesa deve ter como signo a imposição do português às gentes sujeitas, pois assim obraram no passado gregos e latinos, o que se constata, por exemplo, pela permanência da língua latina em lugares conquistados pelos romanos, como o são a Gália e as Espanhas, de que Portugal é parte. João de Barros protesta contra a manutenção de falares vernaculares nativos nas regiões conquistadas, o que, segundo ele, ia contra a prática romana de imposição do latim aos vencidos, sendo o sinal de conquista efetivo o ver as gentes conquistadas porem de lado suas línguas em favor do português: "E açerca delles, mais se estimáua a vitoria que a sua lingua tinha, em ser recebida de todalas bárbaras nações, que de às someter ao jugo do seu imperio. E nesse cuidado fora tam solícitos, que andando antre Pártos e outros tam bárbaros pousos: nã consentiam que falassem, senam a sua lingua latina, por demonstrar o imperio que tinhã sobre todalas outras nações"; e também "Çerto ẽ que nã á hy glória que se póssa comparar, quádo os mininos Ethiopas, Persianos, indos daquem e dalem Gange, em suas próprias tẽrras, na força de seus templos e pagódes, onde nunca se ouuiu o nome romano: per esta nõssa arte aprenderem a nõssa linguagem, com que póssam ser doutrinados em os preceitos da nõssa fẽ, que nella uãm escritos" (Ambas as passagens foram retiradas de BARROS, João de. *DIALOGO EM LOVVOR DA NOSSA LINGUAGEM*, 1540, 57 v). Nossa leitura dos fragmentos do *Diálogo* de João de Barros discorda da interpretação proposta para as mesmas passagens por Maria Leonor Carvalhão Buescu, pois esta pesquisadora crê perceber, no reconhecimento, por parte de João de Barros, de que vocábulos peregrinos, de línguas da Índia, penetraram na língua portuguesa, um certo ecumenismo português ao tempo do Renascimento, coisa para nós inaceitável. Ela em um primeiro momento considera que Barros ajuíza sinal de vitória o fato de o português penetrar nas línguas dos povos conquistados: "Torna-se evidente, pois, que João de Barros considera a transmissão da língua como sinal de vitória ao modo por que os romanos o haviam feito: '(...) certo é que mais pôde durar um bom costume e vocábulo que um padrã, porque se nam préza mais leixar na Índia este nome mercaderia que trazer de lá beniãga, cá é sinal de ser vencedor e nam vençido'" (BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. Op. Cit., 1978, pp. 69-70). Mas, após excertar o *Diálogo* de Barros para roborar a ideia de que o vencedor é aquele que impõe sua língua, que a faz difundir-se entre os conquistados, paradoxalmente interpreta o fragmento como sinal de intercâmbio linguístico de fundo ecumênico: "Esta reflexão traz-nos perante um facto porventura revolucionário dentro do conceito tradicional de vernaculidade: ao considerar o português em face das línguas exóticas, Barros admite uma reciprocidade enriquecedora da língua nacional" (Idem, p. 70), o que ele absolutamente não faz, pois asseverara que o vencedor imprime a marca linguística de sua conquista na língua do vencido justamente para criticar a presença de barbarismos lexicais no português quando não eram absolutamente necessários. Esse ecumenismo linguístico também comparece na interpretação do livro de Fernão de Oliveira por Olmar Guterres da Silveira, quando este último afirma, por exemplo, que no quinto capítulo da *Grammatica da linguagem portuguesa* venham concorrer para a harmonia e unidade entre colonizadores e colonizados, nas conquistas portuguesas" (SILVEIRA, Olmar Guterres. *A "Grammatica" de Fernão d'Oliveira*. Rio de Janeiro, 1954, p. 22), passagem essa que lemos na nota de número 33 de modo distinto, afirmando o caráter de

de línguas que desapareceram juntamente com os impérios e gentes que os sobrelevaram²⁹. Para Antonio de Nebrija, a condição de perpetuação de uma memória monárquica e linhagística, assegurada pelo aperfeiçoamento de técnicas de reprodutibilidade do escrito em um tempo em que o prelo parecia ser a garantia dessa mesma perpetuação³⁰, devia-se, também, e, sobretudo, à estabilidade da língua enquanto sistema comunicacional ligado a uma dada comunidade política. Ele tinha consciência de que a língua se transforma no tempo e no espaço, como o demonstra um dos fragmentos em que compara a língua de seu tempo àquela falada e escrita séculos antes:

Esta (a língua castelhana) hasta nuestra edad anduvo suelta & fuera de regla: & a esta causa a recebido en pocos siglos muchas mudanças. por que si la queremos cotejar con la de oi a quinientos años: hallaremos tanta diferencia & diversidad: cuanta puede ser maior entre dos lenguas (NEBRIJA, 1492, p. 4).³¹

imposição da língua por parte do colonizador português. A relação entre língua e império surge em escritos pertencentes a vários gêneros praticados no século XVI em Portugal, como na prosa "cômica" de Jorge Ferreira de Vasconcelos (Ver PIPER, Anson C. "Jorge Ferreira de Vasconcellos and the Spirit of Empire". In: *Hispania*, vol. 50, 1, 1967, pp. 44-48).

²⁹ A correlação entre língua vernacular e Estado monárquico em vias de centralização é um dos elementos centrais na propulsão à fatura de gramáticas de línguas hoje em dia ditas modernas, como o são as românicas, correlação essa explícita em Antonio de Nebrija, Fernão de Oliveira e João de Barros. Não se pode, portanto, equacionar a gramaticalização do português, no século XVI, à expansão marítima, como o faz Adriana Duarte Bonini Mariguela, em estudo, para além disso, cheio de equívocos numerosos sobre a gramática de Fernão de Oliveira e a gramaticalização do português no século XVI: "A formalização da língua, o pensar sobre as letras portuguesas se tornou imprescindível através da prática, sendo uma demanda da expansão marítima" (MARIQUELA, <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp04/02.pdf>. Acesso em 18 de setembro de 2011).

³⁰ Ver EISENSTEIN (1998). Para uma correção da hipótese de Eisenstein sobre o desaparecimento da era dos escribas já no século XV, ver HOBBS, Mary. *Early Seventeenth-Century Verse Miscellany Manuscripts*. Worcester, Scholar Press, 1992; LOVE, Harold. "Manuscript Versus Print in the Transmission of English Literature: 1600-1700". *Bszaz Bulletin*, Melbourne, The Bibliographic Society of Australia and New Zealand, 9: 95-107, 1985; LOVE, Harold. "Scribal Texts and Literary Communities: The Rochester Circle and Osborn b. 105". *Studies in Bibliography*, Charlottesville, 42: 219-235, 1989; LOVE, Harold. *The Culture and Commerce of Texts: Scribal Publication in Seventeenth-Century England*. Amherst, University of Massachusetts Press, 1998; MAROTTI, Arthur F. & BRISTOL, Michael D. *Print, Manuscript, Performance: The Changing Relations of the Media in Early Modern England*. Columbus: Ohio State University, 2000; MOREIRA, Marcello. *Crítica Textualis in Caelum Revocata? Uma Proposta de Edição e Estudo da Tradição de Gregório de Matos e Guerra*. São Paulo: Edusp, 2011.

³¹ Leite (2007), em seu estudo já citado, afirma que, contrariamente a Antonio de Nebrija, a quem critica, Fernão de Oliveira teria clara consciência do que é "a mudança linguística interna de uma língua histórica" (p. 121-122). Mas, como expusemos acima, no excerto de que essa nota depende, Antonio de Nebrija tinha plena consciência dessa mesma mudança e promove, na seção ortográfica de sua gramática, uma reflexão sobre as letras que deveriam corresponder, no castelhano, a cada unidade fônica.

A própria noção de "mudança" linguística era contrária aos seus esforços, e aos de seus contemporâneos, de produzir uma memória duradoura das *res gestae*, matéria da história, da genealogia, das cosmografias, da poesia etc, e, nesse aspecto, muitos dos mais importantes gramáticos europeus do século XVI, incluindo-se entre eles Fernão de Oliveira e João de Barros, secundam-no. Antonio de Nebrija pensava que a produção de uma arte gramatical seria capaz de refrear a mudança da língua, gramaticalização essa que se associava, por necessidade, às práticas letradas as mais variadas, que autorizavam a gramática ao tempo em que eram por ela autorizadas. A adoção de uma "arte" por todos os letrados era condição para que se produzisse uma força inercial, necessária aos interesses memorialísticos da monarquia - exemplo extraído, segundo o gramático espanhol, da história grega e romana, que autorizavam seu empreendimento êmulo:

acorde ante todas las otras cosas reducir en artificio este nuestro lenguaje castellano: para que lo que agora & de aqui adelante en el se escriviere pueda quedar en un tenor: & estender se en toda la duracion de los tiempos que está por venir. Como vemos que se a hecho en la lengua griega & latina: las cuales por aver estado debaxo de arte: aun que sobre ellas an pasado muchos siglos: toda vía quedan en una uniformidad (NEBRIJA, 1492, p. 4).

É preciso, ainda, atentar para a importância do discurso suasório que o gramático dirige à rainha Isabel, logo nas primeiras páginas de sua obra, instando-lhe a arbitrar no terreno dos usos linguísticos como era seu o alvitre em tudo o mais que competia à monarquia espanhola. Parece ficar claro do excerto abaixo que o gramático buscava o endosso da normatização por si proposta, e apresentada à corte (não mais restrita, como ele próprio o dissera, aos ambientes "escolásticos"), junto aos membros da cultura paçã que eram o seu centro gravitacional, os membros da casa real:

I assi despues que io delibere con gran peligro de aquella opinion que muchos de mi tienen: sacar la novedad desta mi obra de la sombra & tinieblas escolasticas a la luz de vuestra corte: a ninguno mas justa mente pude consagrar este mi

trabajo: que a aquella: en cuiu mano & poder no menos esta el momento de la lengua: que el arbitrio de todas nuestras cosas (NEBRIJA, 1492, p. 4).

A gramática de Antonio de Nebrija, assim como aquela de João de Barros, que nela se espelhou, proporá uma divisão dos estudos gramaticais em, de um lado, "metódicos" ou "preceptivos"³², destinados a apresentar as regras da arte de compor os discursos com correção, atendendo-se, desse modo, à *puritas* ou vernaculidade, e, de outro, "históricos", no sentido de que eram compostos de recolhas de usos autorizados que referendavam e provavam a doutrina, complementando-se ambos, portanto. Cabe aos letrados não apenas aplicar a doutrina, mas também zelar para que ela não se corrompa pela ignorância do vulgo³³. É também em Nebrija que encontramos talvez a primeira definição de "letrado" no âmbito das monarquias ibéricas, ou seja, de homem de letras, doutrinado em gramática e, por conseguinte, em retórica³⁴, a serviço do Estado:

³² Leite, (2007, p. 87), ao discorrer comparativamente sobre os méritos de Fernão de Oliveira e de João de Barros como gramáticos, assevera que aquele foi o primeiro a empreender um estudo sistemático da língua portuguesa, por ter se detido na observação do "uso", tendo surgido com ele o procedimento descritivo em oposição a Barros, que queria impor regras ao português mas não observá-lo. Em outra passagem de seu estudo, a autora volta à carga e repisa o que já dissera sobre os dois gramáticos: "Fernão de Oliveira foi um gramático, um estudioso da língua, um analista, e João de Barros foi um historiador que escreveu sobre a língua" (p. 92). É preciso dizer, contudo, que essa importância da observação do uso e de sua descrição só ganha importância caso perspectivemos o trabalho dos dois gramáticos portugueses a partir de modelos da ciência da linguagem pós-saussurianos. Para João de Barros assim como para os gramáticos do século XVI que participavam da política da língua das grandes monarquias europeias, era a norma o que importava impor, curial e cortesã, e não a descrição de usos, a não ser aqueles que em seus trabalhos se tornam eles próprios normativos.

³³ A gramaticalização tem também importante papel no ensino do português entre os povos sujeitados, importância essa salientada tanto por Fernão de Oliveira quanto por João de Barros. Mas esse ensino deve-se à conquista, como deixa clara a afirmação de Fernão de Oliveira na Dedicatória a Dom Antão de Almada, sob cujo escudo de armas quer ver difundido seu livro entre as gentes estrangeiras: "mas também a língua de tam nobre gente & terra como he Portugal viuera contente & folgara de se estender pollo mundo se leuar nestes primeyros encontros por seu escudo o nome de tão bõs exerçios como são os de sua merçe" (OLIVEIRA, 1536, p. 1).

³⁴ Maria Leonor Carvalhão Buescu, em seu estudo sobre a gramática quinhentista em Portugal, diferencia em demasia a gramática latina participante do *trivium* dos seus correlatos vulgares, como as de Antonio de Nebrija e de João de Barros. As gramáticas vernaculares eram a base, a par do estudo e aprendizado da gramática latina, fundamental para os que desejavam ser chamados "letrados", dos *studia humanitatis* e serviram de subsídio para o aprendizado da retórica e da dialética, como soia ocorrer na dita Idade Média europeia. A gramática fazia parte dos estudos propedêuticos nos colégios da Companhia de Jesus e não se separava seu estudo dos propriamente retóricos e dialéticos. Não se pode esquecer que os estudos gramaticais vernaculares, a partir do século XVI, corriam *pari passu* com os estudos das línguas clássicas, de que dependiam para sua formulação, pois aquelas emulavam estas últimas. O próprio Antonio de Nebrija, a par de sua *Gramática Castellana*, era autor também do então célebre *De Institutione Grammaticae Libri Quinque* (AELII ANTONII NEBRISSENSIS DE INSTITUTIONE GRAMMATICAE LIBRI QUINQUE Matriti: Apud

Los que bolvieron de griego en latin este nombre gramatica: llamaron la arte de letras: & a los professores & maestros della dixeron gramáticos: que en nuestra lengua podemos dezir letrados. Esta segun Quintiliano en dos partes se gasta. La primera los griegos llamaron methódica: que nos otros podemos bolver en doctrinal: por que contiene los preceptos & reglas del arte. La cual aun que sea cogida del uso de aquellos que tienen autoridad para lo poder hazer: defiende que el mesmo uso no se pueda por ignorancia corromper. La segunda los griegos llamaron historica: la cual nos otros podemos bolver en declaradora: por que expone & declara los poetas & otros autores por cuja semejança avemos de hablar (NEBRIJA, 1492, p. 7).

A divisão da gramática "doctrinal" ou "preceptiva" em quatro seções, sendo elas "ortografia", "prosódia", "etimologia" e "sintaxe", no que concerne às modernas gramáticas vernaculares europeias é algo que se deve a Antonio de Nebrija, cuja partição da obra foi adotada, por exemplo, por João de Barros em 1540, quando da composição de seu *opus*. Antonio de Nebrija, ao sumariar as seções em que sua gramática estava repartida, assim as elenca "Assi que sera el primero libro de nuestra obra de orthographia & letra. El següdo de prosodia & silaba. El tercero de etimologia & dicion. El cuarto de sintáxi aiuntamiento & orden de las partes de la oracion"(NEBRIJA, 1492, p. 7). Em João de Barros, encontramos a mesma partição, derivação essa já apontada por estudiosos como Buescu (1978)³⁵ e Leite (2007). Reza assim o texto da gramática de João de Barros:

Joachim Ibarra, s/d), o que demonstra a indissociabilidade das reflexões gramaticais, ao seu tempo, latinas e vernaculares. Não nos parece, por conseguinte, completamente pertinente a seguinte asserção de Maria Leonor Carvalhão Buescu: "Não obstante, entre a gramática concebida durante a Idade Média como disciplina do *Trivium*, e a gramática renascentista, disciplina já participante dos estudos menores, verificava-se uma notável e importantíssima diferença: na Idade Média, efetivamente, a disciplina omnipresente, indissolavelmente ligada à retórica, subsidiando a lógica e a dialética, era a *gramática latina*. Pelo contrário, no Renascimento como termo de um longo processo de que Dante pode considerar-se o pioneiro com a obra *De Vulgari Eloquentia*, a gramática, como ciência de observação da linguagem, deixa de ser necessariamente latina e passa a incidir sobre as realidades das línguas vernaculares." (BUESCU, 1978, p. 12).

³⁵ Ver Buescu (1978, p. 54-72). Esta autora, apesar de reconhecer a anterioridade da gramática de Antonio de Nebrija, todo o tempo apresenta o que seria a singularidade da gramática de João de Barros frente àquelas que a antecederam, sem, no entanto, demonstrar os muitos empréstimos de João de Barros.

Os quaés (latinos) pártem a sua Gramatica em quártro partes, em Orthografia, que tráta de letera, em Prosodia, que tráta de syllaba, em Ethimologia, que tráta da diçam e em syntaxis, a que respõde a cõstruçã, á imitação dos quaés, (por termos as suas partes) dividimos a nossa Grãmatica (BARROS, 1540, p. 2).

Dessas quatro partes, a menos explorada pelos gramáticos portugueses é a "etimologia", como bem o demonstrou Buescu:

A atitude destes gramáticos é, pois, notoriamente *presencialista*, referida à observação directa e às conclusões que a realidade actual e visível unicamente permite. [...] Eles abandonam a indagação especulativa e teórica da origem do vocábulo e do seu sentido primordial e "motivado" (BUESCU, 1978, p. 14).³⁶

Mas são, ao mesmo tempo, capazes de distinguir, dentre os vocábulos portugueses, aqueles derivados do árabe, pela sua própria consonância, assim como elencam palavras introduzidas no português pelo contato com povos de África e Ásia, conquanto não discutam o que chamamos especificamente de etimologia:

E o sinál desta verdáde, e que nam sómente temos uitória destas pártes, mas ainda tomamos muitos uocábulos: como podemos uer em todolos que comêçam em, ál, e em, xá, e os que acabam em, z, os quaés sam mouriscos. E agóra da conquista da Asia, tomamos, chatinar, por mercadeiar [...] (BARROS, 1540, p. 20).

É importante, no entanto, desde já consignar que os gramáticos portugueses do século XVI, ao empreenderem a composição de artes gramaticais da nossa língua, passaram a conceber o estudo da gramática portuguesa como um passo anterior ao estudo da gramática latina, que lhe servira, entretanto, de base. Como o assevera Buescu (1978 p. 13), "pela primeira vez, embora a princípio timidamente, se preconiza a prioridade do ensino gramatical da língua materna", o que se patenteia

³⁶ Essa asserção de Buescu encontra-se respaldada por várias passagens das gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros, como, por exemplo, aquela em que o primeiro gramático português do século XVI fala do trabalho duvidoso de se buscar a origem das dições de nossa língua: "assi que e trabalhoso & pouco certo querer saber os naçimentos particulares das dições" (OLIVEIRA, 1536, p. 20).

sem reboços no *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, de João de Barros, por exemplo no fragmento em que louva gregos e latinos por se dedicarem primeiramente ao estudo de sua própria língua antes de se deterem no estudo daquelas peregrinas:

E nã te pareça trabalho sobeio entender tanto na própria linguagem, por que se fores bem doutrinãdo nella, levemente ô serás em as alheas: Este ę o modo que tiuerã todolos gregos e latinos, tomãrã por fundamento saber primeiro o seu que o alheo (BARROS, 1540, p 57).³⁷

Uma outra passagem do mesmo *Diálogo* de João de Barros, citada Buescu (1978) para demonstrar a anseio pelo ensino prioritário da gramática portuguesa no século XVI, revela, por outro lado, a importância da gramática latina como base para o aprendizado de outras línguas, pois se a gramática do português facilita o aprendizado do latim, a gramática deste parece ser o elemento facilitador para o entendimento de outros sistemas linguísticos, gramaticados por analogia com o latim, mas não com o português, por mais paradoxal que isso nos possa parecer:

Cá se nam soubera da grammatica portuguesa, o que me uóssa merçe insinou, parece me que em quátro annos soubera da latina pouco, e dela muito menos: mas cõ saber a portuguesa fiquy alumniado em ambas, *o que nã fará quem souber a latina* (grifo nosso) (BARROS, 1540, p. 58).

³⁷ BARROS, João de. DIALOGO EM/LOUVOR DA NOSSA/LINGUAGEM, 57 r. As remissões de vocábulos românicos italianos e franceses a seus supostos étimos, com grande acerto para os de origem grega e latina, já se encontram atestadas nos dicionários latino-franceses e latino-italianos, e vice-versa, do século XVI. Para uma breve mostra, ver, por exemplo, ESTIENNE, Robert. *Dictionarium Latinogallicum*. thesaurus nostro ita ex adverso respondens, ut extra pauca quedam aut obsoleta, aut minus in vsu necessaria vocabula & quas consultò praetermissus, authorum appellationes, in hoc eadem sintomnia, eodem ordine, sermone patrio explicata., 1938; para o XVII francês, é imprescindível olhar FURETIÈRE, Antoine. *DICTIONAIRE UNIVERSEL* Contenant generalement tous les ots françois tant vieux que modernes, & les termes de toutes les sciences et des arts: Divisé en trois Tomes. 1690; Para a Espanha, já no início do século XVII, temos COBARRUUIAS, Sebastián. *TESORO DE LA LENGUA CASTELLANA, O ESPAÑOLA* COMPUESTO POR EL LICENCIADO Don Sebastian de Cobarruias Orozco, Capellan de su Magestad, Mastre Scuela y Canonigo de la Santa Iglesia de Cuenca, y Consultor del Santo Oficio de la Inquisicion./ DIRIGIDO A LA MAGESTAD CATOLICA del Rey Don Felipe III, nuestro señor. Madrid: Luis Sanchez, 1611. Apesar do conhecimento da derivação das línguas neolatinas a partir do latim, não se compreendia essa derivação em termos de transformação histórica, mas sim de corrupção (Ver BUESCU, 1978, p. 22).

O prestígio das línguas grega e latina não desapareceu com a gramaticalização das línguas vernaculares europeias, pois não só serviram de base para que as gramáticas do espanhol e do português, por exemplo, pudessem ser compostas a partir de finais do século XV e meados do XVI, respectivamente, mas continuaram a ser um celeiro sempre aberto e abarrotado de recursos lexicais e sintagmáticos em que se podia colher às mãos cheias tesouros para o enriquecimento das línguas românicas em fase de consolidação. Em autores como Antonio de Nebrija, João de Barros e Robert Estienne, por exemplo, deparamo-nos com a asserção de que a cópia do espanhol, do português e do francês se encontra assegurada pelas fontes latinas nunca secas e delas se extraem tanto vocábulos, como o declara o próprio João de Barros ("{F.} A língua Portuguesa, onde desfalecer com uerbo ou nome que cõprenda em brẽque algũa cousa, poderá formár algũ uerbo apraziuel á orelha, sem falar por rodeo como essoutros fázem? {P.} Sy, por que a liçenca que Horaçio em a sua árte poética dá aos latinos, pera compoerem uocábulos nóuos, com tanto que sáyam da fonte grega: essa poderemos tomár, se ôs deriuármos da latina"(BARROS, 1540, p. 56), quanto estruturas sintagmáticas, como a anástrofe, o hipérbato e a *mixtura verborum*, expedientes elocutivos recorrentes na poesia e prosa de língua portuguesa a partir do século XVI, com maior ênfase no século seguinte, a despeito do que João de Barros fala, em sua gramática, do "cacosinteton"³⁸, que deve ser compreendido não como crítica à latinização da sintaxe portuguesa, mas

³⁸ Buescu (1978) crê que a despeito da aderência de João de Barros ao prestigioso modelo gramatical greco-latino e à importância que o gramático português dá à língua latina como fonte inexaurível da cópia do português, não se deixava engeuecer por esse mesmo modelo, criticando seus contemporâneos "latinizantes", com o que não concordamos, pois o trecho que Carvalhão Buescu cita para comprovar sua asserção na verdade respeita à importante querela sobre aticismo e asianismo retórico, que ela, por outro lado, sequer refere ou parece conhecer: "De modo semelhante, e sem cegueira afectiva em relação ao latim, Barros não deixa de condenar e até ridicularizar o emprego pedante de construções latinas que o espírito da língua portuguesa não suporta: Cacosinteton quer dizer má composicám, a qual cometemos quando, per maneira de elegância, alguém ordena a linguagem segundo o latim jáz, como ãa oraçám a qual eu vi tiráda em linguagem per um letrádo que se prezáva de eloquente" (BUESCU, 1978, 64). Tanto as suporta o português, que se tornarão a base da elocução da poesia e da prosa, sobretudo a partir do último quarto do século XVI. Exemplos da "latinização pedante" da elocução já podem ser colhidos em Camões, como o exemplifica Heinrich Lausberg em seu manual de retórica (LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de Retórica Literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993) e como o atestam incontáveis obras que seria aqui excessivo enumerar (para um conjunto de estudos precisos sobre o estado da questão da querela entre aticistas e asianistas, ver a bibliografia de João Adolfo Hansen).

como excessiva elocução latinizante, crítica feita a partir de fins do XVI e durante os séculos XVII e XVIII aos praticantes da poesia culterana, conquanto os próprios críticos ao culteranismo adotem sistematicamente o procedimento criticado.

(IV)

Em várias gramáticas jesuíticas, quando se visa a justificar o labor de escrita da gramática de uma língua ainda não gramaticada pelos Padres, afirma-se que São Dionísio Areopagita asseverava que a redução das almas ao seu Criador era a *ars artium* e a *scientia scientiarum*³⁹, o que não se pode obter sem o aprendizado das línguas faladas pelos povos a converter. Desse modo, por derivação, o aprendizado das línguas pelos padres, de fundamental importância para sua atividade apostólica, acabava por fazer parte da *ars artium et scientia scientiarum*, como o declara Holguín:

Y en breve consecuencia lo que mas ayudare á esta tan preciosa y provechosa ciencia [da redução das almas], será tambien cosa preciosa y estimada en los ojos de Dios: y esta es el saber las lenguas, que tan necesarias son para la conversion de las almas (HOLGUÍN, 1842, p. XII).

A gramaticalização das línguas indígenas atende, portanto, a um objetivo apostólico e missionário, mas, se é preciso conhecer uma língua para se comunicar com os nativos, o objetivo da gramaticalização vai bem além desse fim comunicacional imediato. Holguín, em sua gramática, assevera que não a compôs para facilitar a confissão, pois já havia obra impressa no Reino do Peru destinada a esse fim, remetendo, portanto, aos impressos de Antonio Ricardo, de que consta um confessionalário. Segundo ele, uma gramática faz-se precisa porque sem

³⁹ Ver, como exemplo, HOLGUÍN, Diego González. **Gramática y arte nueva de la lengua general de todo el Peru, llamada lengua qquichua o lengua del Inca : añadida y cumplida en todo lo que le faltaba de tiempos, y de la gramática y recogido en forma de arte de los mas necesario en los dos primeros libros : con mas otros dos libros postreros de adiciones al ate para mas perfeccionarla, el uno para alcanzar la copia de vocablos, y el otro para la elegancia y ornato.** Genova: Pagano, 1842. Nueva edición revista y corregida, 1842, p. XI.

ela não se pode cultivar a língua a ponto de se poder falar ou, sobretudo, pregar com correção, cópia de palavras e elegância no emprego de ornatos (HOLGUÍN, 1842, p. XII). A gramaticalização é etapa prévia para que se produza uma oratória sacra em língua quéchuá, pois as estruturas elocutivas que ornaram o discurso dependem de uma norma de que constituem variações estilísticas, ou seja, antes da retórica, a gramática. É, inclusive, por essa razão, a de formar pregadores, que Holguín (1842, p. XII), divide sua gramática em quatro livros, os dois primeiros destinados a ensinar a gramática propriamente dita ("haciendo el arte de los dos primeros, y reduciendo á ellos todo lo necesario para saber bien la Lengua y todo lo que pertenece á gramática") e os terceiro e quarto votados ao ensino da composição de discursos oratórios sacros, ocupando-se o terceiro da *copia verborum* ("por eso reduce al tercero libro los modos de hallar gran copia de vocablos, así de nombres, verbos, participios, como adverbios") e o quarto ("y al cuarto libro, lo que toca á la elegancia; enseñando á componer, así oraciones, como todas partes de la oracion, con las particulas de ornato"), do ornamento.

A correlação entre gramática e retórica, presente nas primeiras gramáticas de línguas românicas, desde aquela composta por Antonio de Nebrija, faz-se presente também em gramáticas de línguas indígenas, em que não se concebe a conversão do índio, no caso das Américas, pelo simples conhecimento gramatical-instrumental de uma língua "peregrina". Antes, a gramaticalização encontra-se a serviço de fins catequéticos e doutrinários, ou seja, que demandam persuasão e implicam a atualização de lugares-comuns oriundos, sobretudo, de gênero como o deliberativo. Os padres, ao pregarem com autoridade, fazem-no não apenas por seu conhecimento da doutrina católica e da ortodoxia pós-tridentina, mas também porque falam uma variante linguística portadora de uma autoridade distintiva, variante essa que crescentemente se diferenciara não só por estar modelada por uma gramática, mas porque se fixa crescentemente por seu uso escrito. O quéchuá dos padres, frente aos usos veiculares concorrentes, é dotado do prestígio da escritura e, por essa razão, os primórdios da produção de uma memória escrita naquela

língua estão marcados por um acúmulo de textos que, por seu turno, reforçam o domínio colonizador sobre os povos que são dele objeto. É necessário, de certa maneira e dentro dos parâmetros circunscritos pela possibilidade de burilamento a que está sujeita uma língua naturalmente bárbara, "ilustrar o quéchua", pois, atendendo a injunção presente no pensamento retórico, poético e gramatical desde os gregos, os padres, estando muito acima dos nativos, devem diferenciar-se deles pelas *sententiae*. A correlação entre caractere agente e *sententiae*, evidente em Aristóteles, ecoa na tradição retórica e gramatical grega e latina, fazendo-se soar nas gramáticas, e não apenas nas retóricas e poéticas, dos séculos XV, XVI e XVII. Tomemos um exemplo de gramática quinhentista portuguesa e comparemo-lo com os excertos da *Poética* de Aristóteles presentes na primeira seção deste artigo, para constatar como Fernão de Oliveira ecoa uma tradição reflexiva sobre a linguagem muito antiga, que correlaciona o *ethos* e a fala. Logo na abertura de seu *Gramatica da lingoagem portuguesa*, ele assim refere essa correlação:

Lingoagem e figura do entendimento: & assi e verdade que a boca diz quanto lhe manda o coração & não outra cousa: antes não deuia a natureza criar mais disformes monstros do que são aquelles que falam o que não tem na vontade (OLIVEIRA, 1536, p. 2).

Aristóteles já dissera que as *sententiae* deveriam dar a ver "alguma propensão", e se o caráter era bom, aquelas seriam igualmente boas (*idoneae*). É por razão dessa correlação, repisada por incontáveis retores, poetas e gramáticos, que Fernão de Oliveira vai falar dos "disformes monstros", que, dissimulando afetos e simulando outros que não tem no coração, produzem *sententiae* que não correspondem ao seu caráter, prática essa associada à hipocrisia e a práticas políticas correlatas do maquiavelismo e da razão de Estado⁴⁰. Por essa razão, não nos parece pertinente a leitura da mesma passagem levada a efeito por Marli Quadros Leite, em que vê, na crítica de Fernão de Oliveira a uma prática

⁴⁰ Para uma exposição percuciente dessa correlação entre dissimulação e simulação dos afetos, evidente na linguagem, e política maquiavélica, ver Teixeira (2010).

social paçã cada vez mais difundida no século XVI, algo como uma "patologia mental:

A primeira frase do "capítulo I" [...] revela essa inscrição cognitiva da linguagem, mostrando que o autor vê também que essa pode revelar problemas de patologia mental. Aqueles que não sabem obedecer ao que lhes manda o raciocínio, não se enquadram nos padrões da normalidade, são "monstros" (LEITE, 2007, p. 189).

Os padres da Companhia, ao encenarem-se como *racionáveis* em seus discursos e traduções em quéchua, tornam patente o que separa um homem provido de razão e ensinado nas artes e doutrinas gregas e latinas e também naquelas de seu tempo, de um simples "bárbaro", incapaz de refletir sobre o que nos diferencia, enquanto humanos, dos outros seres criados por Deus na terra. Os padres, ao adornarem o quéchua e o aimara, assim como o tupi em terras brasileiras, patenteiam sua superioridade ao tornar mais branda e consoante uma língua bárbara, mas, se assim o fazem em seus escritos e traduções, tornam evidente, por outro lado, a barbaridade dos usos ainda não domesticados, porque não abrandados e consoados por usos artísticos, no duplo sentido de discurso afeiçoado segundo preceitos gramaticais e retóricos. É, contudo, preciso prestar atenção ao que os padres concebem como *puritas*, pois não se pode pensar em gramaticalização da língua indígena sem termos em mente o que se entende por correção. Diego Gonzales de Holguín, em seu livro já referido acima, declara que seguir a arte da gramática quéchua implica não dispor os vocábulos na oração de acordo com, por exemplo, a ordem apropriada à construção castelhana, pois isso seria barbarizar o quéchua:

La primera ley para acertar á componer sea huir del modo de hablar castellano, porqué dispone la oracion y sus partes al reves que esta lengua. Ejemplo. Voy á la Iglesia á oír sermon del santissimo sacramento, los indios comienzan por donde acaba el romance, y acaban por donde comienza del santissimo

sacramento sermonta yaric iglesia manmi tini, y este orden es acá elegante, y no el nuestro (HOLGUÍN, 1842, p. 260).

O quéchua deve ser falado de acordo com uma sintaxe que lhe é própria, pois se fosse falado de acordo com a sintaxe castelhana, que muitos falantes espanhóis lhe impõem, por desconhecer-lhe a ordem própria, dar-se-ia o vício do solecismo, feíssimo e bárbaro desde Aristóteles. Por essa razão, a de evitar a todo custo os barbarismos, sejam eles prosódicos, sejam eles lexicais, sejam eles sintáticos, Holguín escreve a sua arte gramatical do quéchua. Logo no início do quarto livro, aquele que trata da sintaxe e do ornamento, ele critica os falantes ladinos do quéchua, que, para demonstrar seu conhecimento do castelhano, castelhanizam o quéchua, procedimento esse a evitar, recomendando Diego Gonzales de Holguín aos padres recém-chegados ao Peru e que ainda não dominam o quéchua evitar todo o contato com os ladinos, para que não aprendam seu modo vicioso de falar. Holguín dirá ainda do quéchua que é língua *galana*, desde que falada com arte, o que ele se propõe ensinar em seu livro, que manterá resguardada a memória do que é próprio em todas as partes da oração e do discurso:

Otra segunda ley sea huir del modo de hablar de los ladinos, y no hablar mucho en la lengua con ellos, porqué ya los indios ladinos por mostrar que lo son dejan el estilo galano de su lengua, y españolizan lo que hablan, y precianse de atraer su language al castellano y yerranlo tanto que ni bien hablan su lengua ni bien imitan la nuestra, y así hacen á su lengua mezclada y barbara, siendo ella galanisima, y por esto se ha de amar y estimar el arte y sus preceptos, que destierra y condena lo barbara y ageno de la lengua, y enseña y conserva para perpetua memoria lo que es propio y galano, y quitados estos dos razones y escandalos de esta Lengua que le corrompen sus frases y las van desterrando: para reparo deste daño se han de guardar estas leyes para la buena disposicion y orden de las partes (HOLGUÍN, 1842, p. 260).

Deve-se, como lido acima, evitar o contato com os ladinos, porque já mesclaram de tal modo sua língua ao espanhol, castelhanizando-a, que nem falam quéchua, nem a língua dos colonizadores. Por outro lado, os falantes do quéchua, mesmo os que melhor o falam, como os habitantes de Cuzco, cometem com regularidade infrações à *puritas*, o que impele os padres a dar arte a uma língua cujos falantes não sabem falá-la como ela mereceria ser falada – só os padres sabem bem falá-la, porque são os únicos a conhecer a arte que torna relativamente civil uma língua antes deles totalmente bárbara. É por essa razão que Holguín, como outros padres antes dele, decide desterrar usos que ele ajuíza incompatíveis com o quéchua modelar que ele em sua arte ajuda a instaurar. Holguín, ao gramaticar o quéchua, pensa-o como um sistema que precisa ser ordenado por meio do estabelecimento de preceitos a serem seguidos por aqueles que desejam falá-lo bem e, por essa razão, emprega com plena consciencia de caso a palavra "ley", intercambiada, como sinônima, com a palavra "precepto". Sem leis, sem preceitos a seguir, não há arte da língua, não há gramática nem pode haver parênese em quéchua ou uma literatura sacra nessa língua. Os procedimentos gramaticais adotados por Holguín para a composição de sua arte gramatical são aqueles de que padres da Companhia antes dele já se valeram para que se desse a normatização lingüística necessária à fatura de traduções em quéchua, ou seja, normatização por planificação e produção de uma língua geral. Embora os padres não possam alterar a sintaxe do quéchua e nem queiram fazê-lo, essa já se modificava na boca dos ladinos; esse resguardo da língua indígena promovido pelos padres, contudo, essa preservação (memória perpétua) pelo ensino do que ao quéchua é próprio e galante, segundo juízo dos padres gramáticos, constitui uma variante que não pode equivaler a nenhum falar nativo, e, nesse sentido, a condição para o surgimento de uma parênese quéchua é a subtração de sua variante escrita e letrada, produzida pelos padres, aos índios. Os esforços de Holguín dão continuidade ao de outros religiosos que laboraram nas searas do Peru antes dele. Diego de Santo Tomás, em 1560, já fizera publicar uma arte gramatical do quéchua seguida de

um vocabulário nessa língua, o primeiro que nos chegou às mãos. No *Prologo del Auctor al pio Lector*, ele já declarara que sem arte, composta de preceitos e leis, a prática não se poderia ordenar como convinha à língua que servia para a expressão de seres racionáveis. Complementava a arte gramatical, entretanto, com um vocabulário espanhol-quéchua e quéchua-espanhol, com o objetivo de fornecer a padres, predicadores e confessores, dentre outros, matéria de que pudessem se servir após dominar os preceitos gramaticais contidos em sua arte, e, nesse sentido, Diego Gonzales de Holguín não apenas concorda com Diego de Santo Tomás, anos depois da publicação da obra deste último, mas amplia seu trabalho pioneiro, produzindo uma gramática quéchua mais ampla, porém carente de vocabulário:

La grammatica, o arte de qualquier lengua, si bien se entiende, solamente es instrumento para entenderla, y saberla bien hablar, escreuir y pronũciar, ordenãdo las partes de la oracion, o platica, mas no es la materia de que se compone la tal oraciõ, Y poco aprouecha tener la grammatica de alguna lengua, y saber el Arte della, aunque sea muy acabada y enteramente, sino se tuviessse copia y abundancia de vocablos, que es la materia que el Arte enseña ordenar y disponer por concierto, y orden, conforme a sus reglas y preceptos, para que la platica o razonamiento sea congruo, y perfecto, y en el no aya barbarismos ni solicismos, ni otra alguna impropriedad, sino que toda imperfection, y incongruidad se destierre, y eche della, y quede recta y perfectamente ordenada para esto, y assi despues que (mediante el fauor divino) he ordenado y compuesto la grammatica, o arte de la lengua general de los reynos, y prouincias del Peru, lo menos mal que he podido, de la misma manera me parece ser necesario poner el vocabulario de los nombres, verbos, y demas partes de la oraciõ, para que el arte sea perfecto, y tenga materia en que sus canones y preceptos se empleen, para que assi el deseo de saber la lengua, con facilidad la pueda aprender (SANTO TOMÁS, 1560, p. 2-3).

Como se lê, a gramática auxilia a ordenar a "matéria", compreendida aqui como o conjunto dos vocábulos do quéchuá, segundo arte e preceito. Mas o léxico de Diego de Santo Tomás é ao mesmo tempo resultado da aplicação de doutrina gramatical e imposição aos seus usuários dessa mesma doutrina que o modelou, pois os vocábulos nele contidos devem evitar o feio vício do barbarismo lexical, sendo dele alijadas, por conseguinte, as palavras peregrinas, a não ser que sejam necessárias por não haver em quéchuá palavras correspondentes, ou então porque o uso acabou por naturalizá-las, justificativas encontradas em gramáticas de línguas românicas dos séculos XVI e XVII para justificar o emprego de vocábulos estrangeiros:

Iten como esta lengua (aunque es vsada y general por toda la tierra) no es natural en toda ella, como esta dicho, estan mezclados con los terminos della, y recebidos, y vsados ya generalmente quasi de todos, muchos terminos de prouincias particulares, de los quales tãbien pōgo yo algunos en el vocabulario, porque assi se vsan ya comumente (SANTO TOMÁS, 1560, p. 11)

Y breuemente, carecen los Indios de todos los vocablos de las cosas que no tenian ni se vsavan em aquellas tierras, como assi mismo nosotros no tenemos terminos de las que no ay en la nuestra y ay en otras. Y assi como en este caso nosotros vsamos de los terminos propios de las otras naciones para significar aquellas cosas, assi ellos vsan de los nuestros, en la manera y forma que esta notado en el Arte (SANTO TOMÁS, 1560, p. 11).

Desse modo, o *Lexicon* fornece aos padres o conjunto de vocábulos autorizados, e desterra da prática letrada religiosa o barbarismo lexical, que vem complementar o expurgo do solecismo e dos problemas de natureza prosódica⁴¹ erradicados do "quéchuá geral".

⁴¹ Diego de Santo Tomás também já constatara que as variantes prosódicas no quéchuá eram numerosas, e decidira adotar, dentre elas, a que julgava a mais comum ou difundida no uso, concertando desse modo com outros padres que também falaram dos barbarismos de pronúnciação, de que tratamos em seção anterior deste artigo, decididos a normalizar o uso escrito e também o parenético, que nem sempre se confunde com aquele: "Y de aqui es que en el pronunciar, muchas vezes unos pronuncian vnas letras em los terminos, y otros en los mismos pronuncian otras. [...] Este advertido el lector, que eneste vocabulario (pues no puedo seguir en el escriuir todas las diversidades dichas) sigo la mas comum" (SANTO TOMÁS, 1560, p. 10).

(V)

A evidência da alma racional na fala modelada em conformidade com a arte se faz patente no Portugal quinhentista, por exemplo, na gramática de Fernão de Oliveira, que resume os esforços envidados pelos padres da Companhia ao comporem gramáticas de línguas indígenas, uma parênese índia e incontáveis traduções: "não embargado (no ajuizamento dos usos linguísticos) que e mais deuino quem milhor entende"(OLIVEIRA, 1536, p. 30)⁴².

Como os escritos em quéchua e aimara compostos pelos padres são *sententiae* proporcionadas à encenação de si mesmos como homens de Deus racionáveis, governados pela razão derivada da luz natural da graça inata - manifesta justamente por aquilo que lhes sai da boca -, tomam todas as providências para que a impressão dos textos em línguas indígenas permaneçam sob controle da Companhia.

Na *Provision Real* já antes referida, os padres justificam a necessidade de se fazer imprimir os textos em quéchua e em aimara no Reino do Peru, mas não na Europa, porque no Reino de Castela não haveria ninguém da Companhia que pudesse se encarregar da revisão e correção dos impressos, e, caso a impressão estivesse cheia de erros devidos a um mal conhecimento do quéchua e do aimara, o dano daí derivado poderia ser grave às populações a serem convertidas e doutrinadas por meio dos instrumentos especificamente produzidos para esse fim, para além de depor contra os padres porque os erros presentes nos textos seriam espécie de testemunho de uma certa inépcia linguística, o que na verdade as traduções visam a elidir pela sua bela composição. A Real Audiência do Reino do Peru e o concílio reunido na *Ciudad de los Reyes* autorizaram o impressor Antonio Ricardo a imprimir as traduções jesuíticas, mas, como condição de garantia da lisura da impressão das traduções, fixaram a obrigação de se fazerem presentes ao ato de impressão o reitor do Colégio da Companhia na *Ciudad de*

⁴² A sólida formação de Fernão de Oliveira como retor pode ser comprovada nas notas do livro de Olmar Guterres da Silveira, em que se extrata carta de Jerônimo Cardoso sobre a excelência de Fernão de Oliveira como leitor crítico de Quintiliano (SILVEIRA, 1954, p. 13).

los Reyes, o padre José de Acosta, pelo menos dois dos tradutores dos textos, e, também, um membro da Real Audiência. O manuscrito a ser seguido seria aquele firmado pelos membros do concílio, com que se deveria comparar cada folha impressa. Ao final da impressão, depois de examinados os impressos, taxar-se-ia cada uma das obras elencadas no sumário, pois poderiam ser comerciadas separadamente:

pueda imprimir y imprima el dicho Catecismo original, que esta firmado, y aprobado de los dichos Reuerendissimos congregados en el dicho Cõcilio, y el Cõfessionario, y Preparacion para morir, con que a la impression assistan el padre Ioam de Atiença, Rector de la Compañía de Iesus, y el padre Ioseph de Acosta de la dicha cõpañia, con dos de los que se hallaron a la traducción della de nuestra lengua Castellana en las lenguas de los Indios, con que assi mismo assista uno de los Secretarios de esta Real Audiencia para que den testimonio de los cuerpos, que se imprimieron, y de como ninguna otra cosa se imprimio mas del dicho Catecismo, y Confessionario, y Preparaciõ, en las dichas lenguas, con que el dicho impresor ni otra persona alguna de ninguna calidad, ni condiçõ que sea, pueda tener ni vsar destes dichos libros, hasta ser vistos, firmados, y examinados, por esta Real Audiencia, y por el examinador, o examinadores que ella nombrare, y tassado el precio de cada libro [...] (DOCTRINA CHRISTIANA, Y CATECISMO PARA INSTRUCCION DE LOS INDIOS, Y DE LAS DE MAS PERSONAS, QUE HAN DE SER ENSEÑADAS EN NUESTRA SANCTA FÉ, 1584, p. AA3).

A autorização para impressão também especificava o local obrigatório em que deveria trabalhar o impressor, ou seja, o Colégio da Companhia de Jesus, na *Ciudad de los Reyes*, em câmara destinada a esse uso pelo reitor⁴³. A *Provision Real* também ordenava que os doutrinantes não pudessem valer-se de nenhum outro material de doutrina que não fosse o conjunto de traduções aprovadas pelo concílio e impressas por Antonio Ricardo, impressos esses que deveriam trazer o sinal de sua conformidade com o original conciliar por meio da aposição de firmas

⁴³ Doctrina christiana, y catecismo para instruccion de los indios, y de las de mas personas, que han de ser enseñadas en nuestra sancta fé, 1584. "Provision Real", p. AA3.

probatórias no corpo de impressão, de que falamos antes, somadas, agora, a assinaturas de autorização de circulação e uso entre os doutrinantes que deveriam ser aquelas do reitor do Colégio da Companhia ou aquela do padre José de Acosta, enfatizando-se a importância do exercício do controle dos materiais de doutrina e de seu uso pelas autoridades eclesíásticas:

Y rogamos, y encargamos a los dichos Prelados, y sus Prouisores, Vicarios generales y Cabildos Ecclesiasticos en Sede uacãte, y los venerables Prouinciales, Priores, Guardianes, Comendadores, y otros prelados de las ordenes, que no cõsientan, que ningun doctrinãte este sin las dichas Cartillas, Confessionario, Catecismo, y Preparacion firmado de las personas para ello señaladas, ni doctrinen por otro alguno, y esto como en cosa tan importante, y de su obligacion pongan las penas, y el rigor necesario para que se cumpla (DOCTRINA CHRISTIANA, Y CATECISMO PARA INSTRUCCION DE LOS INDIOS, Y DE LAS DE MAS PERSONAS, QUE HAN DE SER ENSEÑADAS EN NUESTRA SANCTA FÉ, 1584, p. AA3).

Garantia-se o acabado controle sobre os materiais para o doutrinamento de nativos e reforma do clero pelo depósito obrigatório de um exemplar das traduções de todos os textos a serem impressos por Antonio Ricardo nas igrejas catedrais de todo o Reino do Peru, nas suas Audiências e Chancelarias assim como no Arquivo da Igreja Metropolitana da *Ciudad de los Reyes*, para que, em caso de qualquer suspeição sobre os textos usados pelos doutrinantes, se pudesse cotejá-los com uma sua cópia autorizada⁴⁴.

Pode-se explicitar o procedimento adotado por jesuítas e dominicanos para suprir carências lingüísticas das línguas nativas - signo de carências concernentes ao conhecimento da verdade revelada pela santa fé católica e à salvação – quando da composição de cartilhas, catecismos e confessionários pela simples leitura de algumas dessas obras, tão abundantes nos domínios americanos das duas monarquias

⁴⁴ Doctrina christiana, y catecismo para instruccion de los indios, y de las de mas personas, que han de ser enseñadas en nuestra Sancta Fé, 1584, p. AA3.

ibéricas. Uma primeira constatação se faz necessária: as palavras faltantes nas línguas nativas, mas essenciais para a doutrina dos povos a serem cristianizados, não são supridas, na maior parte dos textos, pela tentativa de achar vocábulos próximos semanticamente em espanhol e português, de um lado, e nos vários falares vernaculares indígenas, de outro, mas pela incorporação de vocábulos peregrinos às várias línguas indígenas, vocábulos esses espanhóis e portugueses, de base grega ou latina. Hansen já identificara esse mesmo problema quando estudou a poesia poliglota de José de Anchieta:

No caso, o tupi era obviamente a única língua que os índios conheciam, mas seu uso nem sempre permitia a tradução de tópicos católicos, devendo-se lembrar a inexistência de termos tupis na área semântica de termos latinos, espanhóis e portugueses "culpa" e "pecado". Justamente por isso, a questão da irredutibilidade da língua geral aos esquemas hermenêuticos da teologia católica e da gramática latina não é indiferente ao padre, que trata de entender o tupi segundo o modelo da *lectio*. (HANSEN, 2005, p. 32)

(VI)

No *corpus* poético colonial seiscentista e setecentista atribuído a Gregório de Matos e Guerra, há vários poemas que vituperam a nobreza da terra ou os principais do Brasil, como é o caso dos três famosos sonetos "Há coisa como ver um paiaíá", "Um calção de pindoba, a meia porra," e, por fim, "Um Rolim de Monai, Bonzo, Bramá," apresentando os dois primeiros uma mesma didascália: "Aos Principais da Bahia chamados os Caramurus". Esses três sonetos, já estudados por nós (MOREIRA, 2011), não serão aqui analisados, mas sim um outro poema a eles correlato, inclusive nos procedimentos elocutivos empregados para a produção da fala bárbara e risível dos melhores do Brasil, cuja didascália lê: "Disparates na Língua Brasílica a uma Cunhã, que ali Galanteava por Vício". O poema, escrito em português, com amplo emprego de vocábulos peregrinos de origem tupi, produz, pela aparente

incongruência sintática entre os termos oracionalmente interdependentes, na primeira estrofe, um certo efeito de ininteligibilidade. Trata-se, como o declara a didascália, da fala disparatada dirigida a uma cunhã, o que se entende ser o modo de dizer próprio para a comunicação com a gente bronca da terra, incapaz de entender qualquer língua civil e racional, como, por exemplo, o português falado por portugueses do reino. A fala reinol, desse modo, se constrói, sem um explícito, como avessa àquela que a poesia satírica nos apresenta como própria de uma cunhã. Esse silêncio em que se estrutura o português dos colonizadores, em que se produz por inversão a fala dos homens reinóis, é oposto também à forte oralidade da fala que se dirige a uma cunhã e que mimetiza o único modo de comunicação entre as gentes americanas da costa brasileira, conhecidas por sua cultura ágrafa. A mimese da fala de índio dirigida a uma índia deve ser figurada, na elocução, como sequência de desvarios, cujo caráter de algaravia se acentua pelo acúmulo de *verba peregrina*, que barbarizam o português, procedimento esse casado àquele do solecismo. Dessa maneira, a elocução centra-se fortemente sobre o elemento fônico, em que se acumulam palavras, sobretudo, oxítonas, com proliferação de rimas vocálicas em "a", "e", "i", "o" e "u", todas toantes em posição final. A poesia, desse modo, pela seleção lexical realizada, produz a *ficção* de uma oralidade gentílica, em que abundam os nomes de animais e plantas, secundados por nomes que remetem ao campo de objetos utilitários das culturas indígenas tupis. A seleção lexical, com ênfase em seres da natureza e objetos próprios das culturas índias, propõe pelo recorte levado a efeito no campo vocabular do português dos séculos XVI e XVII a figuração de um *ethos* expresso por sua pobre cultura material e por seu pertencimento ao mundo selvagem do continente americano. Como os portugueses do Reino, que chegam ao Brasil, ou que podem ler o poema em Portugal quase nada entendem do que lêem, os versos se apresentam como representação de sons sem significação, em que a fonia é o que resta a considerar, ou seja, expressão de um rumorejo da língua e dos demais órgãos da fonação sem que se lhes associe qualquer significado. Nessa ficção de uma oralidade brasílica, própria dos índios ladinos, que são os descendentes de Catarina Paraguaçu, animais podem

ser sujeitos de orações cujo objeto direto é um outro animal, tragado pelo primeiro, ou ainda uma planta pode ser o complemento de verbo transitivo direto, que, do ponto de vista estritamente semântico, não complementa de forma congruente o verbo que supostamente deveria complementar. A musa satírica concebe a fala de índio como não sendo outra coisa que sequência de disparates. A encenação do "índio" e daqueles que são seus descendentes, como o são os de Catarina Paraguaçu, esposa de Diogo Álvares, o Adão e a Eva do massapê baiano e tronco das melhores famílias do recôncavo, é proposta pela musa satírica pelo emprego da mimese de suas *sententiae*, representando o *ethos* que se propõe figurar por meio da aplicação de preceito aristotélico da proporcionalidade entre "fala" e "caractere". O sangue de tatu de Catarina Paraguaçu se evidencia na falta de racionalidade da fala com que se fala a seus descendentes, efeito retórico visado e produzido por expedientes elocutivos, como é o emprego de vários tipos de barbarismo, tanto lexical quanto sintagmático. Na primeira estrofe, figura-se como princípio ordenador do discurso uma universal devoração, em que animais, que não são sequer carnívoros, comem outros maiores e que deveriam, por sua mesma natureza, devorar os que os devoram, como é o caso do Quatimondé que traga treze teiús. Pensamos, em um primeiro momento, que os nomes de animais poderiam referir índios, mas não bichos, o que implicaria pintar, por meio da devoração animal generalizada, a ainda mais geral antropofagia dos índios, nomeados por substantivos de origem tupi e que remeteriam a bichos epônimos:

Indo à caça de tatus,
 encontrei Quatimondé
 na cova de um Jacaré
 tragando treze Teiús:
 eis que dous Surucucus,
 como dous Jaratacacas,
 vi vir atrás de umas Pacas,
 e a não ser um Preá,
 creio que o Tamanduá
 não escapa às Gebiracas.⁴⁵

⁴⁵ Códice Asensio-Cunha, vol. 4. Coleção Celso Cunha da Biblioteca da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Pensamos, também - como outra explicação verossímil do poema sob análise -, em interpretar a geral devoração figurada na primeira estrofe como a desordem própria do mundo americano, cuja ordem possível encontrar-se-ia nas tentativas lusitanas e espanholas de reforma desse caos, a principiar pela extirpação das línguas indígenas, no caso do Brasil, fato esse tornado imperioso por ordem baixada pelo Marquês de Pombal no século XVIII (TEIXEIRA, 1999). A desordem do mundo americano encontrar-se-ia figurada na própria desordem das línguas nele faladas, que os jesuítas, sobretudo, tentaram tornar mais humanas ao lhes aplicar os preceitos da arte gramatical, tentativa essa obviamente tornada matéria de derrisão na sátira seiscentista e setecentista atribuída a Gregório de Matos e Guerra.

Os disparates propriamente ditos principiam logo na segunda estrofe, em que, pelo emprego sistemático do solecismo, um termo conseqüente não complementa sintaticamente o termo anterior, havendo, por conseguinte, a produção de um geral desarrazoado. Não nos esqueçamos de que os jesuítas diziam que os índios ladinos, ao querer falar o espanhol, nem o falavam, nem conseguiam mais falar sua língua, o quéchua, no Reino do Peru, pois misturavam as duas línguas, dando origem a uma fala bárbara por contaminação sintática e lexical. Parece ser esse o recurso empregado no poema que ora analisamos, em que se une à ordem sintática do português - não entendida pelos índios da Bahia e seus descendentes -, um conjunto de palavras peregrinas que, dispostas "em conformidade" com a língua do colonizador - ou melhor, em conformidade com o pouco que dela entendem os índios e seus descendentes -, perdem totalmente seu sentido, o que enfatiza o caráter desestruturador do domínio colonial dos portugueses sobre os povos vencidos, figurado de forma esplêndida pela sátira:

De massa um tapiti,
um cofo de Sururus,
dous puçás de Baiacus,
Samburá e Murici:
com uma raiz de aipi

vos envio de Passé,
 e enfiado num Imbé
 Guaiamu, e Caiaganga,
 Que são de Jacaracanga
 Bagre, Timbó, Inhapupê.

Minha rica Cumari,
 minha bela camboatá,
 como assim de Pirajá
 me desprezas tapiti:
 não vedes, que murici,
 sou desses olhos timbó,
 amante mais que um cipó,
 desprezado Inhapupê,
 pois se eu fora Zabelê,
 vos mandara um Miraró⁴⁶.

REFERÊNCIAS

AD HERENNEIUM. **De Ratione Dicendi**. With an English Translation By Harry Caplan. Cambridge: Harvard University Press: Loeb Classical Library, 1989.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução, prefácio, introdução, comentário e apêndices de Eudoro de Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1986.

ARISTOTLE. **Art of Rhetoric**. With an English Translation by John Henry Freese. Cambridge: Harvard University Press, Loeb Classical Library, 1994.

ARISTOTLE. **Politics**. With an English Translation of H, Rackham. Cambridge: Harvard University Press: Loeb Classical Library, 1990.

BARROS, João de. **Gramática da língua portuguesa; Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha**. Reprod. facsim., leit., introd. e anot. por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras, 1971. 482 p. Edição original: 1540.

⁴⁶ Códice Asensio-Cunha, vol. 4. Coleção Celso Cunha da Biblioteca da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. **Gramáticos Portugueses do Século XVI**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Livraria Bertrand, 1978.

COBARRUIAS, Sebastián. **Tesoro de la lengua castellana, o española**. Compvuesta por el licenciado Don Sebastian Cobarruias Orozco, Capellan de su Magestad, Mastrescuela y Canonigo de la santa Yglesia de Cuenca, y Consultor del santo Oficio de la Inquisicion. Dirigido al Magestad catolica del Rey Don Felipe III. nuestro señor. Con privilegio. En Madrid, por Luis Sanchez, impressor del Rey N.S, 1611.

CÓDICE ASENSIO-CUNHA, v. 4. Coleção Celso Cunha da Biblioteca da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

DOCTRINA CHRISTIANA, Y CATECISMO PARA INSTRUCCION DE LOS INDIOS, Y DE LAS DE MAS PERSONAS, QUE HAN DE SER ENSEÑADAS EN NUESTRA SANCTA FÉ. Ciudad de los Reyes-Lima: Antonio Ricardo, 1584.

EISENSTEIN, Elizabeth L. **A Revolução da Cultura Impressa**. Os Primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Ática, 1998.

ESTIENNE, Robert. **Dictionarium latinogallicum, thesaurο nostro ita ex adverso respondens**. Paris: Robert Estienne, September 1538.

FURETIÈRE, Antoine. **Dictionnaire universel, contenant généralement tous les mots françois tant vieux que modernes, & les termes de toutes les Sciences et des Arts**. Divisé en trois Tomes, 1690.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portugvesa**. Lisboa: Off. de Antonio Gonfalvez, 1574.

GENETTE, Gérard. Vraisemblance et Motivation. In: _____ **Figures II**. Paris: Éditions du Seuil, 1969. p. 71-99.

HANSEN, João Adolfo. A Escrita da Conversão. In: COSTIGAN, Lúcia Helena. **Diálogos da Conversão**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. pp. 15-43.

HANSEN, João Adolfo. **A Sátira e o Engenho**. Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Companhia das Letras, 1989.

HOBBS, Mary. **Early Seventeenth-Century Verse Miscellany Manuscripts**. Worcester: Scholar Press, 1992.

HOLGUÍN, Diego González. **Gramática y arte nueva de la lengua general de todo el Peru, llamada lengua qquichua o lengua del Inca : añadida y cumplida en todo lo que le faltaba de tiempos, y de la gramática y recogido en forma de arte de los mas necesario en los dos primeros libros : con mas otros dos libros postreros de adiciones al ate para mas perficionarla, el uno para alcanzar la copia de vocablos, y el otro para la elegancia y ornato**. Genova: Pagano, 1842.

LAUSBERG, Heinrich. **Elementos de Retórica Literária**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LEITE, Marli Quadros. **O Nascimento da Gramática Portuguesa**. Uso & Norma. São Paulo: Humanitas; Paulistana, 2007.

LOVE, Harold. Manuscript Versus Print in the Transmission of English Literature: 1600-1700. **Bsanz Bulletin**, Melbourne, The Bibliographic Society of Australia and New Zealand, v.9, p. 95-107, 1985.

LOVE, Harold. Scribal Texts and Literary Communities: The Rochester Circle and Osborn b. 105. **Studies in Bibliography**, Charlottesville, v. 42, p. 219-235, 1989.

LOVE, Harold. **The Culture and Commerce of Texts: Scribal Publication in Seventeenth-Century England**. Amherst: University of Massachusetts Press, 1998.

MARIGUELA, Adriana Duarte Bonini. **A grammatica da lingoagem portuguesa de 1536: Fernão de Oliveira, as normas da língua portuguesa e a cultura quinhentista**. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp04/02.pdf>>. Acesso em: 18 de setembro de 2011.

MAROTTI, Arthur F.; BRISTOL, Michael D. **Print, Manuscript, Performance: The Changing Relations of the Media in Early Modern England**. Columbus: Ohio State University, 2000.

MESNARDIÈRE, Hippolyte Jules de la. **La Poetique**. Paris: A. de Sommaville 1639.

MOREIRA, Marcello. **Crítica Textualis in Caelum Revocata?** Uma Proposta de Edição e Estudo da Tradição de Gregório de Matos e Guerra. São Paulo: Edusp, 2011.

NEBRIJA, Antonio. **Aelii Antonii Nebrissensis De institutione grammaticae libri quinque**. Matriti: Apud Joachim Ibarra, s/d.

NEBRIJA, Antonio. **Gramática Castellana**. Reproduction Phototypique de L'Édition Princeps. Publiée avec une Préface par E. Walberg. Halle: Max Niemeyer, 1901. Edição original: 1492.

OLIVEIRA, Fernão. **Grammatica da Lingoagem Portuguesa**. Lisboa: Germam Galhardo, 1536. (Obtida da Biblioteca Nacional Digital de Portugal).

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**. A Nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PIPER, Anson C. "Jorge Ferreira de Vasconcellos and the Spirit of Empire". In: *Hispania*, vol. 50, 1, 1967, pp. 44-48.

QUINTILIANUS, Marcus Fabius. **Institutio Oratoria**. With an English Translation by H. E. Butler. Cambridge: Harvard University Press, Loeb Classical Library, 1963. Edição original: 95 d.C.

SANTO TOMÁS, Diego de. **Lexicon, o vocabulario de la lengua general del Peru**. Valladolid: Francisco Fernandez de Córdoba, 1560.

SILVEIRA, Olmar Guterres. **A "Grammatica" de Fernão d'Oliveira**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1954.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. **Timoneiros**. Retórica, Prudência e História em Maquiavel e Guicciardini. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

TEIXEIRA, Ivan. **Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica**. São Paulo: Fapesp; Edusp, 1999.

Recebido em setembro de 2011.

Aprovado em novembro de 2011.

SOBRE O AUTOR

MARCELLO MOREIRA é mestre em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (1994) e doutor em Literatura Brasileira pela mesma universidade (2000). Atualmente é docente do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários e atua na no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da UESB. Dedicase ao estudo das práticas letradas dos Estados monárquicos ibéricos nos séculos XVI e XVII e ao estudo das relações entre teorias da edição e fatura de edições críticas.

E-mail: moreira.marcello@gmail.com